



Antropologia

**CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
CEAD/UDESC/UAB**

Centro de Educação a Distância
Universidade do Estado de Santa Catarina
Universidade Aberta do Brasil

Antropologia

FLORIANÓPOLIS
CEAD/UDESC/UAB

Edição - Caderno Pedagógico

Governo Federal

Presidente da República
Dilma Rousseff

Ministro de Educação
Fernando Haddad

**Secretário de Educação
a Distância/MEC**
João Carlos Teatini de
Souza Climaco

**Diretor da Educação a
Distância da CAPES/UAB**
João Carlos Teatini de
Souza Climaco

Governo do Estado de
Santa Catarina

Governador
João Raimundo Colombo

Secretário da Educação
Marco Antônio Tebaldi

UDESC

Reitor
Sebastião Iberes Lopes Melo

Vice-Reitor
Antonio Heronaldo de Sousa

**Pró-Reitora de Ensino
de Graduação**
Sandra Makowiecky

**Pró-Reitor de Extensão,
Cultura e Comunidade**
Paulino de Jesus F. Cardoso

Pró-Reitor de Administração
Vinícius A. Perucci

Pró-Reitor de Planejamento
Marcus Tomasi

Centro de Educação
a Distância

Diretor Geral
Estevão Roberto Ribeiro

**Diretora de Ensino de
Graduação**
Ademilde Silveira Sartori

**Diretora de Pesquisa e Pós-
Graduação**
Sonia Maria Martins de Melo

Diretora de Extensão
Solange Cristina da Silva

Diretor de Administração
Ivair De Lucca

**Coordenadora Curso
CEAD/UDESC**
Rose Clér Beche

**Secretária de Ensino de
Graduação**
Maria Helena Tomaz

Universidade Aberta do Brasil

Coordenador Geral
Estevão Roberto Ribeiro

Coordenador Adjunto
Ivair De Lucca

Coordenadora de Curso
Carmen Maria Cipriani Pandini

Coordenadora de Tutoria
Fátima Rosana Scoz Genovez

Marilise Luiza Martins Dos Reis

Antropologia

Caderno Pedagógico

1ª edição

Florianópolis



DIOESC

Diretoria da Imprensa Oficial
e Editora de Santa Catarina

2011

Professora autora

Marilise Luiza Martins dos Reis

Design instrucional

Melina de la Barrera Ayres

Professora parecerista

Tade-Ane Amorim

Projeto instrucional

Ana Claudia Taú
Carmen Maria Pandini Cipriani
Roberta de Fátima Martins

Projeto gráfico e capa

Adriana Ferreira Santos
Elisa Conceição da Silva Rosa
Pablo Eduardo Ramírez Chacón

Diagramação

Pablo Eduardo Ramírez Chacón

Revisão de Texto

Roberta de Fátima Martins

R375a Reis, Marilise Luiza Martins dos
Antropologia: caderno pedagógico / Marilise Luiza Martins dos Reis;
design instrucional Melina de la Barrera Ayres – Florianópolis : UDESC/
CEAD, 2011.

124 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-64210-13-4

1. Educação – Antropologia – I. Ayres, Melina de la Barrera. – II. Título.

CDD: 370.1920981 - 20 ed.

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Programando os estudos.....	11
CAPÍTULO 1 - Antropologia: A Ciência da Humanidade e da Cultura	15
Seção 1 – O que é Antropologia?	18
Seção 2 - Divisões e campos da Antropologia	29
Seção 3 - O método de pesquisa da Antropologia	36
CAPÍTULO 2 - Antropologia, Diversidade e Diferença	51
Seção 1 - O conceito de Cultura	54
Seção 2 - Relativismo Cultural e etnocentrismo	61
Seção 3 - Antropologia, diversidade e diferença	69
CAPÍTULO 3 - Antropologia e Educação	83
Seção 1 - A Escola: do etnocêntrico ao multicultural	86
Seção 2 - O uso do método etnográfico na Educação	96
Seção 3 - As possibilidades de uma Educação Antropológica	99
Considerações finais	111
Conhecendo as professoras	113
Comentários das atividades	115
Referências	119
Referências das figuras	123



Apresentação

Prezado(a) estudante,

Você está recebendo o Caderno Pedagógico da disciplina de **Antropologia**. Ele foi organizado, didaticamente, a partir da ementa e objetivos que constam no Projeto Pedagógico do seu Curso de Pedagogia a Distância da UDESC.

Este material foi elaborado com base na característica da modalidade de ensino que você optou para realizar o seu percurso formativo – o ensino a distância. É um recurso didático fundamental na realização de seus estudos; organiza os saberes e conteúdos de modo a que você possa estabelecer relações e construir conceitos e competências necessárias e fundamentais a sua formação.

Este Caderno, ao primar por uma linguagem dialogada, busca problematizar a realidade, aproximando a teoria e prática, a ciência e os conteúdos escolares, por meio do que se chama de transposição didática - que é o mecanismo de transformar o conhecimento científico em saber escolar a ser ensinado e aprendido.

Receba-o como mais um recurso para a sua aprendizagem, realize seus estudos de modo orientado e sistemático, dedicando um tempo diário à leitura. Anote e problematize o conteúdo com sua prática e com as demais disciplinas que irá cursar. Faça leituras complementares, conforme sugestões e realize as atividades propostas.

Lembre-se que na educação a distância muitos são os recursos e estratégias de ensino e aprendizagem, use sua autonomia para avançar na construção de conhecimento, dedicando-se a cada disciplina com todo o esforço necessário.

Bons estudos!

Equipe CEAD\UDESC\UAB



Introdução

Querido(a) Aluno(a)!

Você tem agora, em suas mãos, o Caderno Pedagógico de **Antropologia**. A partir dele você vai conhecer alguns importantes conceitos que ajudarão a refletir sobre a realidade da escola naquilo que se refere à diversidade étnico-cultural e suas consequências sobre o processo educacional.

Vivemos em um mundo em que a proximidade, possibilitada e ampliada pelo fenômeno da globalização, nos faz conviver mais intensamente com a diferença, em seus múltiplos aspectos, sejam eles religiosos, culturais, comportamentais, sexuais, alimentares etc.. Entretanto, essa proximidade e esse convívio não têm sido, em muitas vezes, pacíficos.

Ao contrário, vemos aumentar manifestações de intolerância e preconceitos que levam a consequências bastantes sérias, como a discriminação, a marginalização, chegando inclusive a atos de violência. A escola não está escape desse contexto. Aliás, a escola é o microcosmo que reflete tudo aquilo que acontece na sociedade como um todo. Nesse sentido é reprodutora desses fenômenos, mas igualmente aquela que pode auxiliar para a sua superação.

Para tanto, este Caderno Pedagógico pretende ser um instrumento de auxílio para essa tarefa, buscando discutir as principais temáticas que envolvem a Antropologia.

O propósito desta Disciplina é subsidiá-lo, de forma que você possa analisar a realidade escolar em que está ou estará inserido, o processo histórico que a determina e a diversidade étnico-cultural que a caracteriza. Você estudará, também, as relações entre diversidade cultural e outras problemáticas similares que dizem respeito à sociedade contemporânea em geral, para que, munido desse instrumental, você reflita criticamente sobre a diversidade étnico-cultural e suas implicações nos processos educacionais. Esses conhecimentos serão uma das ferramentas que você poderá utilizar para propor formas de intervenção nessa realidade, a fim de superar mecanismos que reproduzam o preconceito, a discriminação, o racismo e a intolerância nos espaços educacionais formais e não-formais.

Portanto, aproveite essa oportunidade!



Programando os estudos

Estudar a distância requer organização e disciplina; assim como estudos diários e programados para que você possa obter sucesso na sua caminhada acadêmica. Portanto, procure estar atento aos cronogramas do seu curso e disciplina para não perder nenhum prazo ou atividade, dos quais depende seu desempenho. As características mais evidenciadas na EAD são o estudo autônomo, a flexibilidade de horário e a organização pessoal. Faça sua própria organização e agende as atividades de estudo semanais.

- » Para o desenvolvimento desta Disciplina você possui a sua disposição um conjunto de elementos metodológicos que constituem o sistema de ensino, que são:
- » Recursos e materiais didáticos, entre eles o Caderno Pedagógico.
- » O Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- » O Sistema de Avaliação: avaliações a distância, presenciais e de autoavaliação.
- » O Sistema Tutorial: coordenadores, professores e tutores.

Ementa

Noções de Antropologia e Cultura. Principais conceitos da Antropologia Cultural e a relação com a educação. Reflexão sobre a diversidade étnico-cultural e suas implicações na organização escolar. Alternativas pedagógicas centradas na valorização da diversidade étnico-cultural. Reconhecimento e Diferença. Multiculturalismo e educação. Políticas de ação afirmativa e educação.

Objetivos de Aprendizagem

Geral

Compreender as diferentes abordagens antropológicas, no sentido de instrumentalizar a reflexão crítica sobre a diversidade étnico-cultural e suas implicações nos processos educacionais.




Específicos

- » Compreender o contexto histórico do surgimento da Antropologia.
- » Apresentar a definição de Antropologia, seus campos e divisões, assim como o seu método de pesquisa.
- » Conhecer as principais noções da Antropologia: cultura, relativismo cultural, etnocentrismo, diversidade e diferença.
- » Refletir sobre as questões que se referem ao preconceito, ao racismo, à intolerância e as suas relações com a escola.
- » Estabelecer as relações possíveis entre multiculturalismo e escola.
- » Refletir sobre as possibilidades de uma Educação Antropológica, assim como uso do método etnográfico na escola.

Carga horária

36 horas/aula

Anote as datas importantes das atividades na disciplina, conforme sua agenda de estudos:

 DATA	 ATIVIDADE	 TIPO

Conteúdo da disciplina

Veja, a seguir, a organização didática da disciplina, distribuída em capítulos os quais são subdivididos em seções, com seus respectivos objetivos de aprendizagem. Leia-os com atenção, pois correspondem ao conteúdo que deve ser apropriado por você e faz parte do seu processo formativo.

Capítulos de Estudo: 3

Capítulo 1 - Nesse capítulo, você conhecerá o contexto histórico do surgimento da Antropologia, o seu conceito, os seus campos de atuação, seu objeto de estudo e suas divisões, assim como aprenderá os métodos de pesquisa utilizados por essa ciência.

Capítulo 2 - Nesse capítulo, você conhecerá os principais conceitos da Antropologia: cultura, relativismo cultural, etnocentrismo, diversidade e diferença,

assim como, analisará questões que se referem ao preconceito, ao racismo, à intolerância e as suas relações com a escola.

Capítulo 3 - No último capítulo do nosso Caderno Pedagógico, estabeleceremos as possíveis relações entre multiculturalismo e escola, assim como as possibilidades de uma Educação Antropológica e do uso do método etnográfico na escola.

Passemos, agora, ao estudo dos capítulos.

1

CAPÍTULO

Antropologia: A Ciência da Humanidade e da Cultura

Nesse primeiro capítulo, você estudará o contexto em que a Antropologia surgiu enquanto ciência, seu objeto de estudo, suas principais divisões e campos, bem como seus métodos de investigação os quais influenciam, até hoje, inúmeros estudos de cunho étnico-cultural.



1

CAPÍTULO

Antropologia: A Ciência da Humanidade e da Cultura

Objetivo geral de aprendizagem

Compreender o que é a Antropologia, o contexto histórico de seu surgimento enquanto ciência, seu objeto de estudo, suas divisões e campos, assim como seus principais métodos de investigação.

Seções de estudo

Seção 1 – O que é Antropologia?

Seção 2 – Divisões e Campos da Antropologia

Seção 3 – O método de pesquisa da Antropologia

Iniciando o estudo do capítulo

A partir desse momento vamos dar início aos estudos em Antropologia. Neste Capítulo você conhecerá esta ciência, em específico o campo da Antropologia Cultural, bem como as principais formas de aplicação do conhecimento antropológico. Este conhecimento será fundamental para que, mais a frente, você possa lançar mão das teorias e conceitos antropológicos para pensar a realidade escolar na qual atua ou atuará.

É importante realizar esta leitura procurando estabelecer as relações entre as diferentes perspectivas de análise sobre a humanidade, com o objetivo de perceber como elas estão conectadas com a realidade atual, assim como para pensar, ou repensar a sua prática pedagógica.

Seção 1 – O que é Antropologia?

Objetivos de aprendizagem

- » Conhecer o contexto histórico do surgimento da Antropologia.
- » Analisar as definições de antropologia e compreendê-lo a partir do contexto da educação.

Você já ouviu falar em Antropologia? Quando você pensa em Antropologia, que ideia vêm a sua mente?

Bem, talvez você tenha pensado agora em alguns personagens vistos em filmes como é o caso do simbologista Robert Langdon, de “O Código da Vinci”, ou o arqueólogo Indiana Jones. Estes profissionais muitas vezes são confundidos com antropólogos. Entretanto, estes personagens pouco correspondem ao objeto de estudo desta ciência, bem como com o trabalho que os antropólogos realizam atualmente.

Para início de conversa, a descoberta do “outro” foi o grande impulso para o surgimento desta ciência e toda essa “história” começou a pouco mais de 100 anos, quando uma forma específica de se pensar a humanidade, diferente das que existiam até então, tomou seu lugar entre as ciências.



Figura 1.1- Índio da tribo Nambikwara tirada pelo antropólogo Levi-Strauss

De início, a Antropologia foi concebida como uma área do conhecimento que objetivava desenvolver a história natural e física do homem e do seu processo evolutivo, no espaço e no tempo, o que restringiu seu campo de análise ao estudo das características físicas e biológicas humanas, ou seja, à **antropometria**. Talvez por isso, também, a confusão com a Arqueologia, uma das ciências auxiliares da Antropologia.

Ciência que trata da mensuração de humanos, fósseis e vivos.

Pois bem, este primeiro capítulo realizará todo esse percurso histórico, apresentando a você os fatores que levaram ao surgimento dessa ciência, o porquê do seu interesse por um objeto específico: o homem e a(s) sua(s) cultura(s), assim como os métodos escolhidos para investigar esse objeto.

Vamos mergulhar nessa história?

1.1 A história da Antropologia

Para entender um pouco da trajetória que levou ao surgimento desta ciência é importante que você perceba que apesar da Antropologia ter dado seu passo definitivo como disciplina científica apenas após o Iluminismo, definindo seu objeto e método, é ponto pacífico entre muitos autores que os primórdios da Antropologia estão localizados na Antiguidade Clássica.

Foi na Antiguidade Clássica que surgiram os primeiros questionamentos a respeito do ser humano e das relações que os homens estabeleciam entre si. Esse fato, caracterizou o momento em que a humanidade, mais especificamente os filósofos gregos e romanos, começou a pensar de maneira antropológica, ou seja, buscando entender de que maneira a humanidade pensa e organiza suas vidas.

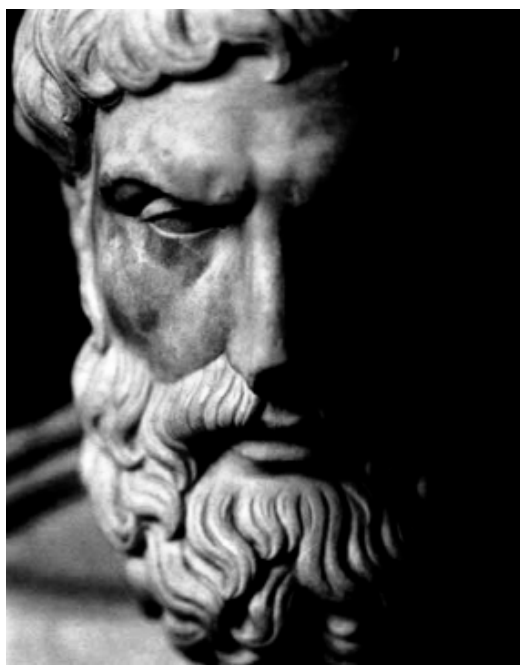


Figura 1.2 - Heródoto

É fato, portanto, que os filósofos gregos e romanos tiveram um papel preponderante para o surgimento da Antropologia. Entre eles encontra-se o filósofo que muitos autores consideraram como o “Pai da Antropologia”, também chamado de o “Pai da História”: Heródoto, que descreveu minuciosamente as características físicas e os costumes dos Citas, dos egípcios e de outros povos. Juntam-se a ele as obras de Aristóteles sobre as cidades gregas e as obras de Xenofonte sobre a Índia.

Entre os filósofos romanos, merecem destaque, Lucrécio e Tácito, com as investigações das origens da religião, das artes e do discurso dos poetas; Santo Agostinho também é uma importante referência; por meio de suas obras, descreveu as civilizações greco-romanas “pagãs”, compreendidas como moralmente inferiores em relação às sociedades cristianizadas.

Como se pode perceber são inúmeros pensadores, os textos e as obras que podemos citar como marcos para o surgimento da Antropologia como

ciência. Além disso, não apenas os gregos e romanos são seus precursores, mas também chineses, árabes etc., todos impulsionados a entender a humanidade para além do sobrenatural e do metafísico.



Mas, por que a Antropologia não se tornou ciência nessa época?

Bem, no contexto da Antiguidade Clássica, faltava aos filósofos um método específico de análise da humanidade que tornasse a Antropologia uma disciplina específica. Ou seja, faltavam os impulsos racionalistas que seriam dados pelo Iluminismo e por isso, nesse momento, o saber antropológico ficou incorporado nas discussões da Filosofia, mantendo-se assim durante toda a Idade Média.



Figura 1.3 - Alexandria

Outro aspecto importante para entendermos as origens do pensamento antropológico é a sua ligação com os processos de conquista de povos pelos europeus. Desse modo, a Antropologia surgiu, por assim dizer, “casada” com os processos colonialistas, imperialistas e com a expansão das fronteiras das nações em continentes como a Austrália, Ásia, África e Américas, iniciadas principalmente pelas Grandes Navegações e expandidos durante os séculos XVIII e XIX.

Como até o século XVIII, pelo menos, não existia a figura do antropólogo, visto que a Antropologia não havia emergido como ciência, eram os cronistas, viajantes, soldados, missionários e comerciantes que, por meio de seus **relatos**, apresentavam os povos que conheciam e as suas maneiras de viver, seus hábitos, normas, características, mitos, rituais e linguagem. Já as análises desses relatos foram feitas por outras pessoas em seus gabinetes.

A carta de Pero Vaz de Caminha é um grande exemplo desse tipo de relato.

A partir do século XVIII, a Antropologia adquiriu a categoria de ciência, tendo como marco os estudos de Carlos Lineu sobre as “raças humanas”. A teoria desenvolvida por ele dividiu a humanidade em quatro raças distintas, baseadas na origem geográfica e na cor da pele, são elas: “*Americanus*”, “*Asiaticus*”, “*Africanus*” e “*Europeanus*”, além do “*Homo ferus*” e “*Homo monstruosus*”. Essa teoria serviu de base para muitas teorias, práticas e discursos racistas que surgiram nos séculos XVIII e XIX.

Nesses estudos, Lineu afirmava que a raça “*Europeanus*” era a mais evoluída porque era constituída, na visão dele, por indivíduos inteligentes, inventivos e gentis, enquanto as outras sofreriam de desvios e deformações: os índios americanos seriam teimosos e irritadiços, os asiáticos portadores de inatas dificuldades de concentração e os africanos, lascivos e preguiçosos. (CHINOY, 1967).

Racialismo e racismo

O **racialismo** se refere aos estudos científicos sobre as raças humanas. Segundo Appiah (1990), uma visão racialista postula que existem “características hereditárias” nos seres humanos que permitem dividi-los em um pequeno número de raças cujos membros compartilham “certos traços e tendências” entre si, que não compartilham com nenhum membro de outra raça.

Tais traços e tendências formariam a “essência racial” dos grupos humanos; “essência racial” que vai além das características fenotípicas (características visíveis, como cor da pele, tipo de cabelo etc.).

Já o **racismo** não é uma teoria científica, mas um conjunto de opiniões pré-concebidas no qual a principal função é valorizar as diferenças biológicas entre os seres humanos, atribuindo hierarquias em termos de superioridade e inferioridade de acordo com sua matriz racial.

O racismo é um preconceito contra um “grupo racial” geralmente diferente daquele a que pertence o sujeito. Ainda que muitos teóricos do racialismo busquem separar o estudo científico das “raças” do racismo propriamente dito, na medida em que racialismo não implicaria necessariamente em racismo, muitas dessas teorias serviram e servem de base, até hoje, para justificar atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias.

Já o século XIX foi marcado por aquilo que podemos designar como o período das pesquisas de cunho físico ou biológico da humanidade.

Nesse momento, surgiu o termo “homem pré-histórico”, com o objetivo de discutir como seria a vida cotidiana dos nossos ancestrais, a partir de achados arqueológicos.

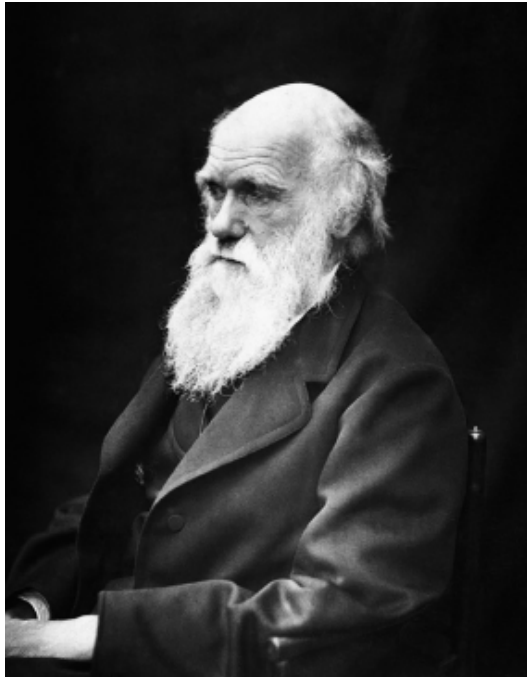


Figura 1.4 - Charles Darwin

Foi com a publicação de dois importantes livros: “A origem das espécies” (1859) e “A descendência do homem” (1871), ambos de Charles Darwin, que se estabeleceu o desenho da Antropologia do século XIX, fortemente marcado pela teoria evolucionista darwinista, que persiste até meados do século XX, quando as perspectivas evolucionistas passam a dar lugar às perspectivas relativistas.

Foi, a partir da teoria evolucionista darwiniana, que a Antropologia elaborou a perspectiva que considerou a sociedade europeia da época como o ápice da evolução civilizatória, em contraposição ao que foi denominado como “sociedades simples”, aquelas diferentes da europeia, consideradas também como “primitivas”.



Ao usar o termo **civilização**, a visão evolucionista do mundo passou a classificar e a julgar as sociedades que eram diferentes, servindo de justificativa para o domínio de outros povos.

Ou seja, o ponto de vista desenvolvido pela **Antropologia Evolucionista**, pautada pelo conceito de civilização e, portanto, pelas ideias de hierarquia e superioridade, ignorou as diferenças, ou ainda, interpretou-as como debilidades que poderiam ser superadas por meio do contato com as sociedades civilizadas.

Essa forma de conceber a diferença foi denominada, mais tarde, como **etnocentrismo**, uma visão na qual o conceito europeu do homem é tomado como o mais alto padrão civilizatório, em detrimento dos outros povos conhecidos que foram “situados fora da história e da cultura”.



Por hora é importante compreender que a primeira forma que tomou a Antropologia, em seu nascimento, foi a de conceber todas as sociedades evoluindo linearmente, indo do ponto que foi considerado como primitivo (sociedades simples, como as aborígenes, indígenas etc.) ao ponto máximo, o civilizatório (as sociedades europeias ocidentais).

Assim, os primeiros estudos antropológicos consideraram as sociedades diferentes da europeia como sociedades com potencialidade para a evolução, desde que fossem “incentivadas”. Por isso, tais estudos buscaram sempre provar como as formas mais “simples” de organização social evoluiriam até as formas mais “complexas”. Nessa perspectiva, todas as sociedades, mesmo as desconhecidas, progrediriam em ritmos diferentes, mas seguiriam uma linha evolutiva.

É justamente pelo fato da Antropologia ter nascido com essa perspectiva e, por assim dizer, ter servido direta ou indiretamente para justificar o domínio de inúmeros povos pelos europeus, que muitos autores a denominaram como “filha do colonialismo”. (MARCONI E PRESSOTO, 2008).

Essa forma de conceber as sociedades humanas passou a ser utilizada como justificativa do colonialismo, na medida em que o domínio não era visto como violência contra as sociedades conquistadas, mas como uma missão humanitária que intencionava levar os povos ditos “primitivos” ao “progresso tecnológico-científico” das sociedades tidas como “civilizadas”. Segundo Marconi e Pressoto (2008), o que pretendia essa visão equivocada de mundo era estabelecer as diretrizes de uma lei universal de **desenvolvimento**. Um dos mais conhecidos pensadores dessa corrente é Lewis Henry Morgan.

Ainda no século XIX, surgiram perspectivas antropológicas que começaram a se contrapor às teses evolucionistas. Um desses casos é a **Antropologia Difusionista**. Contemporânea do evolucionismo, o difusionismo reagiu a perspectiva das sociedades evoluírem linearmente, apontando que as sociedades se modificavam devido ao empréstimo cultural, o mecanismo fundamental de evolução cultural.



Para essa corrente, as diferenças e semelhanças culturais, longe de serem fatores de hierarquização cultural, representavam a tendência humana para imitar e absorver traços culturais por ambos os lados do contato. Nesse sentido, todas as sociedades se modificariam por meio do contato cultural. (LAPLANTINE, 2000).

Mas, será no século XX que surgirá a perspectiva mais marcante da antropologia: **a Antropologia Cultural**, caracterizando uma nova fase do pensamento antropológico. Essa mudança foi impulsionada primeiramente pelas análises desenvolvidas por Émile Durkheim e Marcel Mauss, que ao estudar as representações primitivas, inaugurou a “linhagem francesa” na Antropologia, que ocasionou uma reviravolta nos estudos sobre o homem e a cultura.

Mesmo permanecendo nessa corrente certo determinismo biológico, pois ainda persistiam ideias de que as diferenças culturais eram frutos das diferenças biológicas entre os homens, a partir das elaborações de Durkheim e Mauss e principalmente por causa das contribuições desenvolvidas por Franz Boas, cada cultura passou a ser vista como portadora de uma história particular que se constituía por meio da difusão de traços culturais.

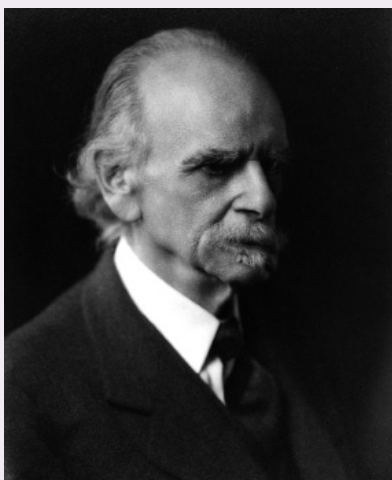


Figura 1.5 - Franz Boas

Franz Boas

Franz Boas criticou os determinismos biológicos e geográficos, além da crença no evolucionismo cultural. Boas apontava que cada cultura é uma unidade integrada, fruto de um desenvolvimento histórico peculiar. Ele enfatizou a independência dos fenômenos culturais com relação às condições geográficas e aos determinantes biológicos, afirmando que a dinâmica da cultura está na interação entre os indivíduos e sociedade. Dentre suas obras principais, destacam-se: “A Mente do Homem Primitivo”, “Arte Primitiva” e “Raça, Linguagem e Cultura”.

A partir dessa perspectiva, nasceu a ideia do relativismo cultural, momento em que a Antropologia saiu dos gabinetes para desenvolver pesquisas de campo.

Foi também nesse momento que os antropólogos começaram a entender a necessidade de estudar cada cultura em seu contexto e particularidade, levando ao surgimento de novas perspectivas como o **Culturalismo** e o **Funcionalismo**, que passaram a enfatizar o trabalho de campo (observação participante) como fundamental para a pesquisa antropológica. Um dos principais representantes dessa perspectiva é Bronislaw Malinowski.



Figura 1.6 - Bronislaw Malinowski

Bronislaw Malinowski

O antropólogo polaco, Bronislaw Malinowski, em 1922, escreveu uma das principais obras da Antropologia moderna: “Os argonautas do pacífico ocidental”. Essa obra foi um marco para a Antropologia Cultural; foi por meio dela que a Etnografia surgiu como um dos principais métodos de investigação antropológica.

Na próxima seção, na qual trataremos dos métodos de pesquisa da Antropologia, você compreenderá melhor esse assunto

1.2 Por fim, a Antropologia...

Após você ter conhecido o contexto histórico no qual surgiu a Antropologia, chegou o momento de defini-la, assim como conhecer seu objeto de estudo.

Etimologicamente, o termo antropologia (anthropos, homem; logos, estudo) significa o estudo do homem. Alguns teóricos, como Hoebel e Frost (apud MARCONI e PRESSOTO, 2008), a definem como a ciência da humanidade e da cultura.



Em resumo, podemos dizer que a **Antropologia é a ciência da humanidade**, que se ocupa da produção de conhecimento científico sobre o ser humano em sua totalidade.

É uma Ciência Social, porque se propõe a conhecer o homem enquanto elemento integrante de grupos organizados. É uma Ciência Humana, porque se volta para o estudo do homem como um todo. E é uma Ciência Natural, na medida em que também se interessa pelo conhecimento psicossomático do homem e por sua evolução.

Podemos deduzir disso que a Antropologia é uma ciência que “conversa” com as chamadas ciências biológicas e culturais, as primeiras visando ao ser físico e as segundas, ao ser cultural.

Nesse sentido, a Antropologia é uma ciência que necessita da colaboração de outras áreas do saber, mas conserva sua unidade, uma vez que seu foco de interesse é o homem e a cultura. Portanto, embora autônoma, relaciona-se com outras ciências sociais, como a Sociologia, a História, a Psicologia, a Geografia, a Economia e a Ciência Política e, na ciência biológica, liga-se à Biologia, à Genética, à Anatomia, à Fisiologia, à Embriologia e à Medicina.



Como a Antropologia visa ao conhecimento completo do homem, ela acabou por se tornar uma ciência bastante dinâmica e complexa. Dessa forma, sua conceituação pode ser mais ampla: a ciência que estuda o homem, suas produções e seu comportamento, preocupando-se em revelar os fatos da natureza e da cultura, ou a existência humana em todos os seus aspectos, no espaço e no tempo.

Em resumo, portanto, podemos definir a Antropologia como a ciência que estuda o homem, como ser biológico, social e cultural; e uma forma de conhecimento sobre a diversidade cultural que busca respostas para entender o que somos a partir do “outro”, estabelecendo fronteiras e aproximações, entre vários mundos sociais e culturais, através das quais podemos alargar nossas possibilidades de sentir, agir e refletir sobre nossas singularidades.



A partir dessas definições, já é possível apontar o objeto de estudo da Antropologia, uma vez que parece estar bastante evidente: o homem e suas obras, o homem e a sua relação com a natureza, o homem e suas formas primitivas e atuais e, ainda, o homem e suas manifestações culturais.

Além disso, é importante que você saiba que o campo de estudos da Antropologia, a partir da segunda metade do século XX, passou a tomar, como objeto de estudo, as sociedades chamadas complexas, suas instituições e as pessoas que nela vivem. Tornaram-se objetos de investigação, por exemplo, os grupos de imigrantes; a revolução dos costumes provocada pelos movimentos de juventude dos anos 60 e até o carnaval e o futebol, instituições tão importantes para os brasileiros.

Como a intenção da Antropologia é ampla e seu objeto complexo, foi necessário organizar esse conhecimento em por áreas, por campos e em divisões que indicariam uma escolha prévia de certos aspectos a serem privilegiados. Vamos conhecê-las?

Seção 2 – Divisões e campos da Antropologia

Objetivos de aprendizagem

- » Conhecer o campo de abordagem e as divisões da Antropologia.
- » Reconhecer a diferença entre a Antropologia Biológica e a Antropologia Cultural.
- » Compreender a Antropologia Cultural e o seu campo de estudo.

A Antropologia está estruturada em dois grandes campos de estudo:

- » Antropologia Biológica ou Física; e
- » Antropologia Cultural.

Já o conhecimento antropológico geralmente é organizado em:

- » Antropologia Física ou Biológica: estudos relativos aos aspectos genéticos e biológicos do homem.
- » Antropologia Social: estudos relativos à organização social e política, parentesco, instituições sociais.
- » Antropologia Cultural: estudos relativos à sistemas simbólicos, à religião e ao comportamento.
- » Arqueologia: estudos relativos às condições de existência dos grupos humanos desaparecidos.

Vejamos agora as diferenças entre os dois grandes campos da Antropologia.

Antropologia Biológica x Antropologia Cultural

A **Antropologia Física** ou **Biológica** foi a primeira forma de abordagem adotada pela Antropologia.



Essa abordagem pode ser definida como o campo da Antropologia que estuda a natureza física do homem, procurando conhecer suas origens e evolução, sua estrutura anatômica, seus processos fisiológicos e as diferentes características “raciais” das populações humanas antigas e/ou modernas.

Vincula-se às ciências biológicas e naturais e subdivide-se em:

- » **Paleontologia Humana:** que estuda a origem e a evolução humana, por meio do conhecimento das formas fósseis).
- » **Somatologia:** que estuda as variedades existentes do homem no sentido físico e biológico.
- » **Raciologia:** que se interessa pela história racial do homem, preocupando-se com a classificação da espécie humana em “raças”, com a miscigenação, com as características físicas etc..
- » **Antropometria:** estudo que se refere ao procedimento quantitativo das medidas do corpo humano por meio de técnicas de medição.

Pensando no conceito de Raça...

Você observou quantas vezes, até essa altura do texto, a palavra “raça” foi colocada entre aspas? Pois bem, o conceito de raça tem sido alvo de grande discussão, fora e dentro da comunidade acadêmica e política, quanto a sua validade para categorizar grupos populacionais na espécie humana.

O conceito não é consensual. Taxonômica e geneticamente não faz sentido considerar a espécie humana dividida em raças, visto que existiria apenas uma espécie, a humana, ainda que em termos de metodologia médica, seu uso empírico ainda se mantenha útil até que melhores descritores da distribuição da variação genética humana sejam desenvolvidos.

Entre antropólogos e geneticistas, há um amplo consenso de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem. Por isso, a persistência do conceito de raça está ligada, segundo Gilroy (2007), à crença atávica de que os grupos humanos existem em uma escala de valor. Nesse sentido, tal persistência é “tóxica”, porque contamina e enfraquece a sociedade como um todo.

Mas não basta deixarmos de lado o uso do termo. É preciso entender que a contribuição fundamental desses estudos genéticos, não foi o de provar sua não-validade, mas demonstrar a ilegitimidade científica que apresentam as teses racistas e as práticas discriminatórias que elas geram. É necessário que sejam explicitados o caráter político e ideológico de que ela se reveste e as práticas racistas que produzem e reproduzem violências e exclusões ao longo de nossa história.

A **Antropologia Cultural**, como o próprio nome designa, abrange o estudo do homem como ser cultural, isto é, como fazedor de cultura. Esse campo da Antropologia investiga as culturas humanas no tempo e no espaço, suas origens e desenvolvimento, suas semelhanças e diferenças, procurando explicar e/ou compreender o comportamento cultural humano em todas as dimensões possíveis. É o campo mais vasto da ciência antropológica, a que mais interessa para a área da Pedagogia.

O estudo desenvolvido pela Antropologia Cultural se volta para a compreensão da relação existente entre aquilo que é um modo de comportamento humano instintivo, portanto hereditário, e aquilo que é aprendido, portanto adquirido culturalmente. É também objeto de investigação desse Campo, o estudo das bases biológicas gerais que dão suporte para o desenvolvimento das capacidades culturais do homem.



Esse Campo, portanto, procura entender a relação entre homem (estrutura biológica) e a criação de seu meio cultural, mediante formas diferenciadas de comportamento, evidenciando o caráter biocultural do desenvolvimento humano. (MELLO, 1986).

O campo de estudo da Antropologia Cultural abrange:

- » Arqueologia: estudo e reconstrução de formas culturais do passado, por meio da busca de vestígios e restos materiais de culturas extintas.
- » Etnografia: um dos ramos da ciência da cultura que se preocupa com a descrição das sociedades humanas consideradas em sua particularidade e visando à reconstituição, tão quanto possível, da vida de cada um deles. O profissional que trabalha nesta área é o etnógrafo. Ele é o especialista dedicado ao conhecimento exaustivo da cultura material e imaterial dos grupos. Observa e descreve, analisa e reconstitui culturas. Trata-se de um investigador de campo dedicado à coleta do material referente a todos os aspectos culturais passíveis de serem observados e descritos.
- » Etnologia: se preocupa com a análise, a interpretação e a comparação entre as mais variadas culturas existentes, considerando suas semelhanças e diferenças, a partir dos dados coletados e oferecidos pela etnografia.

- » Linguística: estudo da linguagem verbal humana e suas variações.
- » **Folclore:** estudo da cultura espontânea dos grupos humanos rurais ou urbanizados.
- » Antropologia Social: ramo que estuda os processos culturais a partir da estrutura social, na sociedade e nas instituições, tais como a família, a religião, o casamento etc.
- » Cultura e Personalidade: analisa as interações entre cultura e personalidade, nas quais o indivíduo não é visto como um simples receptor e portador de cultura, mas como um agente de mudança cultural, desempenhando papel dinâmico e inovador. Esse ramo concebe a cultura como detentora de uma “personalidade de base”, partilhada por todos os membros. Estabelece uma tipologia cultural. Haveria culturas: dionisíacas (centradas no êxtase) e apolíneas (estruturadas no desejo de moderação); pré-figurativas, pós-figurativas, e co-figurativas.

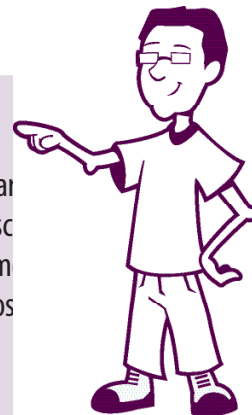
Como o folclore é considerado uma disciplina autônoma, tem seus próprios métodos e técnicas de pesquisa científica. Ainda assim, é considerado um ramo da Antropologia, pela identidade de interesses existente (o homem e a cultura) entre esses dois campos de conhecimento.

Dentro da Antropologia Cultural, outro importante ramo a ser pontuado é a **Antropologia Estrutural**. Este Campo surgiu na década de 1940, com outro grande nome da Antropologia: Claude Lévi-Strauss. A importância dessa área é que ela busca detectar as regras estruturantes das culturas na mente humana e a forma que estas assumem na organização do sentido.

Em outras palavras, como para a Antropologia Estrutural, as culturas definem-se como sistemas de signos partilhados e estruturados por princípios que estabelecem o funcionamento do intelecto, a Antropologia deve compreender de que forma estas estruturas adquirem importância para um determinado grupo.

Exemplo

Quando Lévi-Strauss publicou, em 1949, “As estruturas elementares do parentesco”, analisando os sistemas de matrimônio e parentesco aborígenes australianos, demonstrou como as alianças matrimoniais eram importantes para a estrutura social daquele grupo do que os de sangue.



Já **Clifford Geertz**, o antropólogo que, depois de Claude Lévi-Strauss, causou maior impacto na Antropologia, inaugurou a **Antropologia Interpretativa**, outra importante linha da Antropologia Cultural. A partir das pesquisas que realizou na Indonésia e no Marrocos, Geertz (1978) desenvolveu uma metodologia antropológica que valorizou a pesquisa de campo e a **interpretação**.

Sua proposição metodológica defende o estudo das culturas como textos ou como análogas a textos, nos quais cada cultura é vista e entendida como um emaranhado de significados que podem ser interpretados desde que a etnografia seja uma “descrição densa” das teias de significados da cultura estudada.



Para Geertz, é crucial que façamos a “leitura da leitura” que os “nativos” fazem de sua própria cultura. Por isso insiste nessa questão, reforçando sempre que os escritos etnográficos que desenvolvemos e aquilo que normalmente chamamos de dados são, na realidade, nossa própria construção das construções de outras pessoas e do que elas e seus iguais se propõem.

Muitas vezes não levamos esse fato em consideração, na medida em que a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia pré-existe antes do fato em questão ser examinado diretamente.



A importância da etnografia, feita através da descrição densa, está, portanto, em perceber as particularidades de cada cultura pelo ponto de vista de quem a faz.

Somente a descrição densa permitiria distinguir, por exemplo, como Geertz pontuou, os tiques nervosos, as piscadelas por conspiração com um amigo, as piscadelas por imitação e as piscadelas ensaiadas. A distinção será obtida diante do sentido impresso pelo indivíduo, na medida em que é compartilhado e compreensível pelos demais. Para Geertz, o etnógrafo só pode captar as diferenças de significado buscando o “ponto de vista dos nativos”. (GEERTZ, 1989).

Geertz construiu sua proposta de descrição densa em oposição crítica à metodologia etnográfica desenvolvida por Malinowski, baseada na observação participante, da qual trataremos mais adiante.

Você acha que é possível fazermos um paralelo entre a metodologia da descrição densa de Clifford Geertz e a proposta pedagógica de Paulo Freire?

A descrição densa da escola pode se tornar um grande instrumental para que você, ao conhecer minuciosamente a realidade da escola onde atua ou atuará, proponha projetos de intervenção para a melhoria daquela realidade. Quanto mais você “entrar” nessa realidade, maior será o seu potencial para intervir nesse espaço, desde que leve em consideração a ação daqueles que fazem cultura naquele espaço.



Existem ainda outras áreas sob as quais a Antropologia se dedica, por exemplo, a Antropologia da Arte, a Antropologia da Imagem, a Antropologia das Emoções, a Antropologia Jurídica, a Antropologia do Direito, a Antropologia Forense, a Antropologia da Saúde, a Antropologia Visual etc. As escolas Cognitiva, Simbólica e Marxista, são outros movimentos significativos que devem ser pontuados naquilo que se refere à história da Antropologia do século XX.

Seção 3 – O método de pesquisa da Antropologia

Objetivos de aprendizagem

- » Conhecer o objeto de estudo e os métodos de investigação da Antropologia.
- » Conhecer os elementos que compõem o método etnográfico.

Como vimos anteriormente, a Antropologia é uma ciência social e humana perfeitamente caracterizada, tendo seus campos de ação bem definidos. Portanto, é imprescindível que ela tenha seus próprios métodos e técnicas de trabalho para que o pesquisador possa observar e classificar os fenômenos e analisar e interpretar os dados obtidos pela pesquisa, estabelecendo correlações e generalizações. (MARCONI & PRESSOTO, 2008).



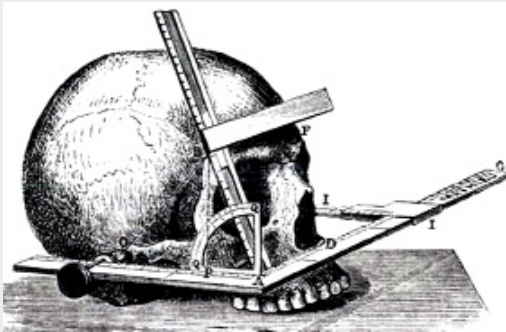
Toda investigação antropológica vale-se de métodos e técnicas para dar respostas às semelhanças e as diferenças físicas, psíquicas, culturais e sociais existentes entre os agrupamentos humanos. Como muitas vezes, ou na maioria delas, o antropólogo não pode realizar sua **pesquisa em laboratório, a pesquisa de campo se torna o principal instrumento de investigação**, na medida em que será a partir dela que o antropólogo coletará os dados necessários para desenvolver suas análises e testar suas hipóteses.

Considerando os dois campos de investigação da Antropologia (o biológico e o cultural), existe uma distinção entre método e técnica pertinentes a cada um deles. A Antropologia Física ou Biológica e a Cultural recorrem a determinados procedimentos, a fim de atender a seus objetivos de maneira mais fácil e segura. Para isso, valem-se de vários métodos e técnicas que, muitas vezes, são utilizados concomitantemente.

No campo biológico são utilizadas técnicas clássicas da Antropologia Física, como a mensuração, que se refere à medição do corpo humano e de restos

fósseis, feitas muitas vezes por meio de cirurgias antropológicas (o ícone dessas medições foi o professor Doutor Paul Broca); ao lado de outras mais modernas, como a datação, que se refere à determinação das idades de fósseis, artes rupestres, utensílios, enfim, de objetos arqueológicos em geral, por meio da utilização de carbono. A coleta desses tipos de dados vem sendo feita há mais de um século, sendo a mensuração a principal técnica para o trato desse material, tornando as informações descritivas das medidas o primeiro passo para o conhecimento do material investigado.

Você sabia?



O Professor Dr. Paul Broca foi o fundador da Sociedade antropológica, em 1859 e da Escola de Antropologia, em Paris, em 1876. Interessou-se pelas relações entre a anatomia do crânio e do cérebro e as habilidades mentais e inteligência.

Figura 1.7 - Medição de crânio

No campo cultural, os recursos e técnicas de pesquisa utilizadas estão ligados à observação de campo, as quais podem ser complementadas com entrevistas e com a utilização de formulários para registro de dados.

Segundo Marconi e Pressoto (2008), entre os métodos mais utilizados pela pesquisa antropológica, encontramos:

- » Método Histórico: que consiste em investigar eventos do passado, a fim de compreender os modos de vida do presente.
- » Método Estatístico: empregado tanto no campo biológico, quanto no campo cultural, fundamenta-se nos conjuntos de procedimentos apoiados na teoria da amostragem.
- » Método Comparativo ou Etnológico: amplamente utilizado tanto pelos antropólogos físicos quanto pelos culturais, permite verificar diferenças e semelhanças apresentadas pelo material coletado.

- » Método Monográfico ou Estudo de Caso: permite a análise de instituições, de processos culturais e de todos os setores da cultura.
- » Método Genealógico: estuda o parentesco com todas as suas implicações sociais: estrutura familiar, relacionamento de marido e mulher, pais e filhos e demais parentes, informações sobre o cotidiano, a vida cerimonial etc..
- » Método Funcionalista: que estuda as culturas sob o ponto de vista da função, ou seja, ressalta a funcionalidade de cada unidade da cultura no contexto cultural global.
- » Método Etnográfico: que dentre todos os campos de abrangência da Antropologia Cultural, interessa-nos especificamente. Por isso vamos nos deter um pouco mais na sua explicação.

O método Etnográfico

O método etnográfico foi criado por Bronislaw Malinowski durante o desenvolvimento de sua pesquisa entre os povos do arquipélago de Trobriand, em Nova Guiné e cujos resultados foram divulgados na obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”.

Além de toda a experiência vivenciada no arquipélago, Malinowski apresentou, nesse livro, as etapas daquilo que ele designou como **etnografia**. A etnografia como método nasceu da necessidade de lançar mão de uma forma de coleta de dados, que fosse eficiente e permitisse desenvolver uma análise sobre as vivências e problemas que o antropólogo encontrou no contato com os nativos daquelas. Dizia Malinowski (1998 [1922], apud MORTARI et al., 2003 p. 20):

Imagine-se, o leitor, repentinamente sozinho, em meio a todo o seu equipamento, em uma ilha tropical perto de uma aldeia nativa, enquanto a lancha ou o escaler que o trouxe vai-se afastando no mar até sumir de vista. [...] Suponha que, além disso, você é um principiante, sem experiência, sem nada para orientá-lo e ninguém para ajudá-lo, seja porque o homem branco está temporariamente ausente, seja porque não pode, ou porque não quer perder tempo com você. Essa é uma descrição exata do meu início do trabalho de campo no litoral sul da Nova Guiné. Lembro-me bem das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas; do sentimento de desânimo e desespero após o completo fracasso de muitas

tentativas obstinadas, mas inúteis, de tentar entrar em contato mais íntimo com os nativos e de conseguir algum material de pesquisa.

Como Malinowski foi às Ilhas Trobriand, conviveu diretamente com os nativos, morou numa tenda, aprendeu a língua e os costumes, foi por meio de entrevistas e observações no próprio local que conseguiu um registro acurado sobre aquela sociedade.



1.8 - Malinowski entre os Trobriand

Diante desse quadro, acabou desenvolvendo um método que lhe permitiu observar àquela realidade: a etnografia. Foi justamente por isso que a pesquisa de Malinowski fez dele um inovador na forma de coletar dados de campo.

Os princípios metodológicos da etnografia desenvolvidos por Malinowski partem de três premissas fundamentais:

1. O pesquisador deve ter objetivos científicos e conhecer a moderna etnografia.
2. Deve viver entre os nativos acompanhando seu dia a dia, ou seja, deve participar da vida do grupo estudado, esperar pelos acontecimentos festivos, ter interesse pessoal pelo que os nativos dizem e fazem e pelos pequenos acontecimentos na aldeia.

3. O pesquisador deve efetuar a coleta, o registro e a manipulação dos dados. Dessa forma, segundo ele, o pesquisador inicia o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica.

No momento que corresponde especificamente à coleta de dados, o pesquisador precisa anotar sistematicamente todas as suas observações de campo ao longo do dia. Para isso, deve, além de andar com um **bloco de notas**, lançar mão de fotos ou filmagens para registrar os eventos que observa.

Essas observações devem ser transcritas constantemente em um **diário de campo**, no qual o autor deve registrar suas impressões e observações sobre os eventos dos quais participou. É a partir desses registros que o antropólogo vai explicar como funcionam essas culturas.

Em “Argonautas do Pacífico Ocidental”, Malinowski descreveu sistematicamente como viviam os povos do arquipélago de Trobriand e quais sentidos davam para a sua existência. O autor apresentou uma descrição da organização das tribos, da cultura, seu dia a dia, os comportamentos que são estabelecidos para o grupo e o que eles fazem. Dessa forma, segundo ele, teria captado o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida e sua visão de mundo.



Essa nova forma de investigação, desenvolvida por Malinowski, tornou a pesquisa de campo muito mais detalhada, porque a questão da participação do pesquisador na vida do grupo pesquisado foi inserida no processo de pesquisa. Assim nasceu o procedimento denominado **observação participante**, técnica por meio da qual o pesquisador convive prolongadamente com o objeto de estudo, o que implica aprender a língua, conviver com os costumes, com os rituais, participar de eventos, aprender a ouvir e conversar.

Esse convívio prolongado e participado - Malinowski, por exemplo, viveu um total de seis anos entre os Trobriand (1914-1920), distribuído por três expedições, nos vários distritos da Nova Guiné - permite ao pesquisador tornar, aquilo que a um primeiro momento lhe salta aos olhos como

“exótico”, em familiar. Isto porque por meio da observação e do convívio prolongado se pode compreender como funciona e como é a lógica de determinada cultura como uma “totalidade integrada” de significados e, assim, proceder analiticamente com a investigação da realidade cultural.

Você sabia?

“Para além da exposição dos seus procedimentos metódicos e conselhos pessoais provenientes da experiência, Malinowski documentou a sua obra descritiva com fotografias de nativos e de situações particulares relacionadas com a vivência dos mesmos. Fotografias das aldeias, de ritos, de cerimônias, da aparência dos nativos em geral, das canoas que justificam o título “os argonautas...” e até fotografias objetivas dos artefatos utilizados nas trocas do kula (forma de troca de bens inter-tribal entre populações de várias ilhas a norte e leste da nova Guiné). Existe, ao longo da descrição, constantes referências para as fotografias que se encontram devidamente numeradas e legendadas em anexo no final da obra. Temos demonstrações da observação participante levada a cabo por Malinowski uma vez que é denotado o interesse na aprendizagem da língua nativa e dos termos mais específicos os quais usa freqüentemente ao longo da sua descrição. Faz inclusivamente traduções dos feitiços e das palavras mágicas usadas pelos feiticeiros durante as cerimônias e festividades e explica também o modo de funcionamento da língua nativa em traços muito gerais”. (SANTOS, 2005).

Por hora, é importante ressaltar que foi com o método etnográfico, desenvolvido por Malinowski, que a pesquisa social adquiriu um caráter mais envolvente com o objeto de pesquisa estudado, e que o pesquisador passou a participar diretamente do cotidiano sócio-cultural observado.



Mas será que a etnografia, por meio da observação participante, pode representar ou traduzir com fidelidade o ponto de vista do povo que está sendo estudado? Que garantia se tem de que a etnografia não seja apenas o ponto de vista do pesquisador sobre determinada cultura?

Uma das críticas feitas ao trabalho de Malinowski é a de que sua pesquisa considerou os nativos como informantes, uma vez que não mostrou, em nenhum momento, um eventual diálogo com um interlocutor ou

colaborador. Além disso, alguns críticos apontam que Malinowski não descreveu as reações dos nativos face a sua presença, além de ter feito uma descrição anônima dos nativos. Outro aspecto apontado é a não existência de qualquer participação direta dos nativos na obra ou discussão da mesma.

Geertz foi o que mais teceu críticas ao trabalho de Bronislaw Malinowski, revelando que para se obter o ponto de vista dos nativos não seria preciso morar com eles, tornar-se um nativo ou copiá-lo, mas sim procurar conversar e situar-se entre eles para captar o sentido das ações sociais que são compartilhadas entre os indivíduos. Deste modo, o etnógrafo deveria “atentar-se para o comportamento e, com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação”. (GEERTZ, 1989, p.27). Ou seja:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato - a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados - é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito-estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1989, p. 20)

De fato, essas são questões muito relevantes que devem ser consideradas quando estamos desenvolvendo uma pesquisa que observa pessoas. Na década de 1980, por exemplo, surgiram inúmeras críticas circunscritas ao que foi denominado como debate pós-moderno, questionando o método e as concepções antropológicas.



No geral, tais críticas apontaram que a realidade é sempre interpretada, ou seja, é sempre vista pela perspectiva subjetiva do autor. Isto significa que, para esses críticos, a Antropologia não é nada mais do que uma interpretação de interpretações. Algumas análises de obras etnográficas desvendaram, inclusive, recursos retóricos e políticos presentes na relação “observador-observado”, ou seja, o “poder” que o etnógrafo exerce sobre o “nativo”.

A grande questão desse debate é refletir sobre a autoridade do etnógrafo e sobre quem realmente fala na etnografia. O nativo? Ou o nativo visto pelo prisma do etnógrafo? A proposição desses críticos é que as vozes dos vários informantes estejam sempre presentes nessas pesquisas. Essa é uma questão bastante importante que precisamos levar em consideração ao realizarmos pesquisas nos ambientes educacionais. Afinal, quem fala na escola?



Síntese do capítulo

- » Os primórdios da Antropologia estão localizados na Antiguidade Clássica, quando foi incorporada nas discussões da Filosofia, mantendo-se assim durante toda a Idade Média.
- » A partir do século XVIII a Antropologia adquiriu a categoria de ciência, tendo como marco os estudos de Carlos Lineu sobre as “raças humanas”.
- » A **Antropologia Evolucionista**, pautada pelo conceito de civilização, ignorou as diferenças e interpretou-as como debilidades que poderiam ser superadas por meio do contato com as sociedades civilizadas.

- » Na **Antropologia Cultural**, principalmente por causa das contribuições desenvolvidas por Franz Boas e Bronislaw Malinowski, cada cultura passou a ser vista como portadora de uma história particular que se constituía por meio da difusão de traços culturais.
- » A **Antropologia Física** ou **Biológica** foi a primeira forma de abordagem adotada pela Antropologia.
- » **Antropologia é a ciência da humanidade** que se ocupa da produção de conhecimento científico sobre o ser humano em sua totalidade.
- » O campo de estudo da Antropologia Cultural abrange: a Arqueologia, a Etnografia, a Etnologia, a Linguística e o Folclore.
- » No campo cultural, os recursos e técnicas de pesquisa utilizadas estão ligados à observação de campo, as quais podem ser complementadas com entrevistas e com a utilização de formulários para registro de dados.
- » A etnografia é o método mais utilizado pela Antropologia Cultural e foi desenvolvida por Malinowski.

Você pode anotar a síntese do seu processo de estudo, nas linhas a seguir:



Atividades de aprendizagem

Hora de sistematizar seus conhecimentos! Leia atentamente as questões que se seguem, para depois respondê-las. É importante que você as desenvolva a partir daquilo que apreendeu nesse Capítulo. Somente após responder a todas as questões é que você poderá consultar os comentários sobre estas atividades, que se encontram no final do Caderno Pedagógico.

1. Faça uma síntese sobre o surgimento da Antropologia até a sua constituição enquanto ciência e, depois, aponte o seu objeto de estudo.

2. O que difere a Antropologia Biológica ou Física, da Antropologia Cultural?

3. Partindo do que você aprendeu sobre os métodos aplicados pela Antropologia, relacione a primeira coluna de acordo com a segunda.

a. Datação e Mensuração	1.()	Amplamente utilizado tanto pelos antropólogos físicos quanto pelos culturais, permite verificar diferenças e semelhanças apresentadas pelo material coletado.
b. Método Histórico	2.()	Estuda o parentesco com todas as suas implicações sociais: estrutura familiar, relacionamento de marido e mulher, pais e filhos e demais parentes, informações sobre o cotidiano, a vida cerimonial.
c. Método Estatístico	3.()	Estuda as culturas sob o ponto de vista da função, ou seja, ressalta a funcionalidade de cada unidade da cultura no contexto cultural global.
d. Método Comparativo	4.()	Nasceu da necessidade de lançar mão de uma forma de coleta de dados que fosse eficiente, diante dos problemas de contato encontrados no convívio com o "outro".
e. Método Monográfico	5.()	Técnica por meio da qual o pesquisador convive prolongadamente com o objeto de estudo, o que implica aprender a língua, conviver com os costumes, com os rituais, participar de eventos, aprender a ouvir e conversar.
f. Método Genealógico	6.()	Fundamenta-se nos conjuntos de procedimentos apoiados na teoria da amostragem.
g. Método Funcionalista	7.()	Permite a análise de instituições, de processos culturais e de todos os setores da cultura.
h. Método Etnográfico	8.()	Consiste em investigar eventos do passado, a fim de compreender os modos de vida do presente.
i. Observação Participante	9.()	Técnicas clássicas utilizadas pela Antropologia Física e Biológica.

4. Aponte os elementos que compõem o método etnográfico de Malinowski e a crítica feita por Geertz ao seu método.



Aprenda mais...

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

KUPER, Adam. **Antropólogos e antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

_____. Raça e História. In: **Os Pensadores**, vol. L, São Paulo: Abril Cultural, 1952.

_____. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

_____. **Cru e Cozido**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1988. (1935)

MERCIER, Paul. **História da Antropologia**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

VELHO, G. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

Antropologia, diversidade e diferença

Nesse capítulo, você terá a oportunidade de aprofundar seus estudos sobre a Antropologia Cultural e sobre os principais conceitos que envolvem os dois grandes temas desse campo: a diversidade e a diferença.

Para tanto, você estudará o conceito antropológico de cultura, de Etnocentrismo e de Relativismo Cultural. Após a compreensão destes conceitos, você estudará a relação que se estabelece entre Diversidade e Diferença Cultural.



Antropologia, diversidade e diferença

Objetivo geral de aprendizagem

Compreender o que é cultura em seu sentido antropológico, bem como os conceitos de Relativismo Cultural e Etnocentrismo, buscando relacioná-los com as questões da diversidade e da diferença cultural.

Seções de estudo

Seção 1 – O conceito de Cultura

Seção 2 – Relativismo cultural e etnocentrismo

Seção 3 – Antropologia, diversidade e diferença

Iniciando o estudo do capítulo

A partir desse momento você iniciará seus estudos sobre as principais noções utilizadas pela Antropologia. Para tanto, você terá a oportunidade de conhecer, nesse capítulo, o que é a cultura em seu sentido antropológico, bem como os conceitos de Relativismo Cultural e Etnocentrismo. Em seguida, você irá relacioná-los com as questões da diversidade e da diferença cultural.

Seção 1 – O conceito de Cultura

Objetivos de aprendizagem

- » Conhecer as diferentes concepções de cultura.
- » Compreender o conceito antropológico de cultura.

Vamos começar essa discussão sobre o conceito de cultura lendo um diálogo que se estabeleceu entre um professor de filosofia e seus alunos, sobre a pergunta: **afinal, o que é cultura?**

“Como todo estudante que se preze, ou melhor, qualquer pessoa deveria fazer isso, fui buscar a definição de cultura no famoso “Pai dos Burros”, também conhecido carinhosamente, entre nós, por Aurélio, e lá estava: “Ato, efeito ou modo de cultivar; cultivo”. Estas definições com ato ou efeito são... deixa para lá.

Quando se busca um entendimento profundo de algo, o dicionário não é uma grande fonte de explicação, mas não deixa de ser o ponto de partida, pois explica ao menos o significado da palavra, um sinônimo - sendo assim a solução foi filosofar. Quando digo filosofar, quero dizer deixar as ideias fluírem e depois ordená-las e criar uma definição. Foi o que eu fiz, consegui uma definição para cultura. Agora tinha de discuti-la com alguém, pois, quem sou eu para criar uma definição? Precisava discuti-la, e melhor lugar eu não poderia ter: a aula de Filosofia.

Para não querer aparecer “joguei verde”, - Professor; afinal, o que é cultura? - Por que dizemos, me incluo nessa informação, esse aí que ouve pagode e toma cerveja em boteco - salve o grande Zeca Pagodinho, me desculpe usá-lo como exemplo - não tem cultura? - Por que cultura é ouvir Tom Jobim, Vinicius de Moraes e tomar vinho tinto? Desculpe o extremismo, mas precisava arrancar alguma opinião daquelas pessoas presentes na sala. - E a “Eguinha Pocotó” não é cultura também? Pronto: a confusão estava formada, todos falando ao mesmo tempo até que o professor falou a seguinte frase - “Vamos devagar, oito de cada vez”. Isto causou um silêncio total. Bem, chegou onde eu queria, o “homem” falou e como um bom filósofo não poderia dar uma resposta melhor. - “Por acaso não estamos confundindo cultura com erudição?” – Um filósofo só poderia responder uma pergunta com outra pergunta. Aí todos pararam, mas por pouco tempo, novamente começaram a falar... Bem, acho que a pergunta do filósofo, professor, respondeu tudo. Cultura é a forma de se expressar de um povo, e sendo assim não podemos julgar o que é bom ou ruim. O que não podemos dizer é que ERUDIÇÃO é cultura”.

Fonte: Manoel Flávio Leal. Disponível em: <<http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1055>>. Acesso em: 22 jun. 2011. (adaptação do autor).

Um bom início de conversa para pensar o significado antropológico de cultura, não é mesmo?

Pois bem, assim como nesse diálogo, está bastante presente no senso-comum a ideia de cultura como sinônimo de erudição, conhecimento, de quantidade de livros que se leu, de bom gosto ou de boa educação. E, a partir disso, a nossa insistência em classificar as pessoas de acordo com graus de cultura que consideramos: essa tem cultura, essa não tem cultura, essa tem um pouco de cultura.

Segundo Laraia (2000), essa associação de cultura com erudição não aconteceu por acaso. Por ter sido fortemente associada ao conceito de civilização, durante o século XVIII, a cultura foi muitas vezes confundida com algumas noções, como desenvolvimento, educação, bons costumes, etiqueta e comportamentos de classe. Essa confusão entre cultura e civilização, segundo o antropólogo, sobressaiu-se principalmente na França e na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, países nos quais a ideia de cultura foi associada a um ideal de elite. Foi essa forma de definição de cultura que construiu a divisão hierárquica entre “cultura erudita” e “cultura popular”, ainda fortemente presente no imaginário das sociedades ocidentais.

Entretanto, cultura é um conceito muito mais amplo que erudição, apresentando várias dimensões que vão ultrapassar, em muito, o sentido simplificador ao qual nos remetemos quando procuramos defini-la.

Originada etimologicamente do latim *colere*, que significa cultivar, cultura, em um sentido antropológico mais genérico, define-se como “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Essa definição foi cunhada por Edward B. Tylor, em 1871, e podemos dizer que foi a primeira definição antropológica do termo.



Partindo desse ponto de vista, a **cultura** seria um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais aprendidas de geração em geração por meio da vida em sociedade. (SANTOS, 1984).

Essa noção mais genérica sofreu críticas e mudanças de acordo com novas perspectivas teóricas que foram surgindo ao longo do desenvolvimento da Antropologia. Aliás, a questão da definição do que seja cultura está, até hoje, no centro do debate antropológico.

De fato, o conceito de Tylor precisou ser mais aprofundado na medida em que sua generalidade não dava conta da cultura em suas especificidades. Era uma perspectiva evolucionista e, portanto, uma concepção a partir da qual todos os grupos humanos teriam de percorrer as mesmas etapas que já tinham sido percorridas pelas sociedades consideradas mais avançadas. Entretanto, essa abordagem unilinear, que considerava que cada sociedade seguiria o seu percurso histórico através de três estágios: selvageria, barbarismo e civilização, apresentou problemas, por diversas razões:

Primeiro, porque essa noção partiu do princípio de que todas as culturas humanas passavam pelas mesmas fases de evolução em direção ao enquadramento no sistema econômico, político, social e cultural europeu. Essa perspectiva justificou a dominação e colonização de muitos povos, visto que os europeus acreditavam que, com a colonização, estariam levando progresso e civilização aos povos “primitivos” e “atrasados”. Em segundo lugar, essa concepção entendia as diferenças culturais como atraso, decorrente do estágio evolutivo em que se encontravam esses povos. Ou seja, a diversidade cultural não era vista com bons olhos.

Somente a partir da emergência de uma postura valorizadora da diversidade cultural, surgiram conceitos mais abrangentes de cultura. Conceitos que buscaram dar luz às especificidades das inúmeras culturas existentes. Essas novas noções só foram possíveis porque antropólogos como Franz Boas, Bronislaw Malinowski e Margareth Mead, reagiram contra aquela noção unilinear de cultura, ao considerarem que não era possível falarmos de cultura no singular, mas de culturas no plural, dada a variedade de formas de viver existentes no mundo.

Franz Boas, por exemplo, desenvolveu a teoria do particularismo histórico, segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos pelos quais os povos passam, de forma que não poderiam ser reduzidas à estrutura dos três estágios de evolução.

Malinowski, ao pesquisar o povo *Trobriand*, demonstrou que os grupos humanos que estudou não eram sobreviventes do passado, e eram grupos que tinham suas próprias regras em relação ao casamento, religião,

alimentação, vestimenta etc. Portanto, a cultura deveria ser compreendida a partir da visão dos próprios grupos. As diferenças entre as culturas demonstravam a existência de modos particulares dos homens e mulheres se organizarem e constituírem suas existências e suas vidas em sociedade, e não um retrocesso.



Figura 2.1 – Malinowski e o povo Trobriand

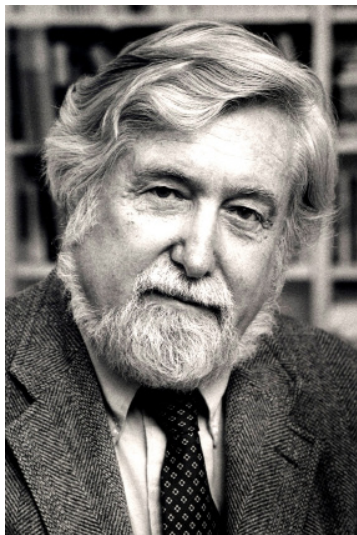


Figura 2.2 – Clifford Geertz

Outra noção antropológica bastante contemporânea de cultura é a que foi desenvolvida por Clifford Geertz. Largamente utilizada por muitos estudiosos, a noção elaborada por ele entende a cultura como um “conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (a que os técnicos de computadores chamam programa) para governar o comportamento”. (GEERTZ, 1989). Para Geertz (apud LARAIA, 2000), na medida em que o homem evoluiu biologicamente, ou seja, quando o cérebro foi aumentando e desenvolvendo atividades mais complexas, a cultura foi se desenvolvendo simultaneamente.

Também, nessa perspectiva, todos os seres humanos estariam geneticamente aptos para receber um programa denominado cultura. Isso significa dizer que a criança, ao nascer, está apta a ser socializada em qualquer cultura existente, mas essa possibilidade é limitada pelo contexto real e específico em que, de fato, ela crescer.



Segundo Alfred Kroeber (apud MARCONI; PRESOTTO, 2008), foi graças à cultura que a humanidade se distanciou do mundo animal, ficando acima de suas limitações orgânicas. “O homem ao adquiri-la perdeu a propriedade animal. Tudo que o homem faz, aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura”.

Conforme Leontiev (LARAIA, 2000), somente apropriando-se da cultura no decurso da sua vida é que os seres humanos adquiriram propriedades e faculdades verdadeiramente humanas.

Já de acordo com o Materialismo Histórico-Dialético, a cultura é produto e resultado da atividade dos seres humanos, estabelecida como um modo próprio de seu desenvolvimento que, portanto, deve ser examinada como uma união da atividade material e espiritual. Ou seja, nessa concepção, existe uma relação imediata entre cultura e atividade humana, sendo a cultura um produto criado pelos seres humanos, que implica normas, valores e mecanismos que regulam as relações humanas.



A ideia de cultura, nessa matriz, liga-se ao conceito de trabalho, entendendo-se como cultura a transformação que o homem faz na natureza, na medida em que o trabalho é a atividade que possibilitou a hominização dos seres humanos.

Como age a cultura?

Podemos dizer que a cultura é algo que opera em nós, condicionando nossa visão de mundo, interferindo no plano biológico, delimitando a nossa forma de participação social a partir de uma lógica própria e de forma dinâmica, na medida em que ela se transforma ao longo do transcurso da

história da humanidade. É também por isso que a principal característica da cultura é a **capacidade de adaptação**, já que por meio dela o homem é capaz de responder ao meio mudando comportamentos, que ocorrem de maneira muito mais veloz do que uma evolução biológica.

Exemplo

O homem não precisou desenvolver longa pelagem e grossas camadas de gordura sob a pele para viver em ambientes mais frios, ao contrário, simplesmente adaptou-se com o uso de roupas, do fogo e de habitações (MARCONI; PRESOTTO, 2008).



É importante que você entenda que o ser humano não nasceu dotado das aquisições históricas da cultura. Ela é resultado do processo de desenvolvimento da humanidade como um todo, que vai sendo incorporado às gerações futuras. Neste sentido, a cultura é também um **mecanismo cumulativo**. As modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, de modo que essa nova geração transforma-se, perdendo e incorporando aspectos mais adequados à sobrevivência, reduzindo seu próprio esforço. Um exemplo disso é o desenvolvimento das tecnologias. Com ela o homem pôde ter maior controle sobre a natureza, minimizando riscos, como os de escassez na caça ou coleta, e puderam fixar-se na forma de aldeamentos, cidades e estados.

O fato da cultura apresentar esses dois mecanismos: o adaptativo e o cumulativo, é que a caracteriza como dinâmica. Traços se perdem e outros se adicionam por meio da capacidade criativa dos homens, pela descoberta e pela introdução de novos conceitos ou incorporação, resultante do encontro com outras culturas.

Por isso a cultura, em seu sentido antropológico, é um conceito amplo e complexo, apresentando-se como o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou com o comportamento natural. Apresentando-se ainda como resultado dos modos e formas com que e os

diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história.



A cultura é um **sistema de símbolos compartilhados** com que se interpreta a realidade e que confere sentido à vida dos seres humanos, assim como a totalidade de padrões aprendidos e desenvolvidos pela humanidade, que podem ser tanto simbólicos, tais como padrões artísticos e místicos, quanto materiais, como obras de arte, escritos, ferramentas etc.. (SANTOS, 1984).

Por fim, partindo do conceito antropológico de cultura, pode-se afirmar que todos nós temos e fazemos parte de um sistema cultural, que por sua vez apresenta uma lógica própria que não é nem melhor nem pior que outras culturas, mas diferente. Entretanto, nem sempre as diferenças culturais foram entendidas como especificidades de cada grupo cultural, cada uma com seus valores próprios. Foi nesse debate que surgiram duas perspectivas para a compreensão da diferença cultural: o **etnocentrismo** e o **relativismo cultural**.

Vamos estudar estes dois conceitos, na seção a seguir.

Seção 2 – Relativismo cultural e etnocentrismo

Objetivos de aprendizagem

- » Reconhecer as diferenças entre o etnocentrismo e a relativismo cultural.
- » Relacionar esses conceitos à noção antropológica de cultura.

Entre os numerosos conceitos consagrados pela Antropologia, além do conceito de cultura, outros dois são considerados básicos: o de **relativismo cultural** e o de **etnocentrismo**. Ambos os conceitos representam duas formas básicas com as quais podemos olhar para a cultura e, por conseguinte, interpretá-las.

Esses conceitos foram desenvolvidos principalmente após os contatos que se estabeleceram entre as culturas, especificamente, entre a cultura europeia e os grupos portadores de culturas diferentes, como as sociedades tribais, por exemplo. Esses contatos, que se ampliaram progressivamente na história da humanidade, na sua origem se constituíram por relações de dominação e de subordinação entre os grupos envolvidos. E, nessa relação, via de regra, as culturas dominantes ou colonizadoras impuseram seus padrões culturais às culturas colonizadas.

Essa imposição nasceu, em grande parte, do fato dos homens verem o mundo por meio de sua própria cultura, “estranhando” desse modo os comportamentos diferentes do seu. Essa primeira forma de olhar para a diferença cultural teve como consequência a emergência de um ponto de vista que considerou o modo de vida europeu como o ponto alto do processo civilizatório.

Ao colocar o modo de vida da Europa no centro da humanidade deu-se início ao desenvolvimento de uma perspectiva hierárquica de conceber a cultura do “outro”, denominada de **etnocentrismo**. Essa forma de perceber a diferença foi responsável, em seus casos extremos, pela ocorrência de numerosos conflitos sociais, **genocídios** e **etnocídios**.



Mas, não é “natural” estranharmos comportamentos que não nos são familiares?

Genocídio: assassinato deliberado de pessoas motivado por diferenças étnicas, nacionais, raciais, religiosas e (por vezes) políticas.

Etnocídio: é um conceito vinculado ao genocídio. O termo é usado para descrever a destruição da cultura de um povo, em vez do povo em si. Pode envolver linguicídio, fenômenos de aculturação etc. Ademais, diferentemente do genocídio, um etnocídio não é necessariamente intencional.

Sim, é. Entretanto, a visão etnocêntrica acrescenta ao estranhamento do “outro”, a crença de que a nossa própria sociedade é o centro da humanidade ou mesmo a sua única expressão em detrimento do “outro”. O costume de discriminar e de depreciar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma mesma sociedade.

Foi em contraposição a essa postura que surgiu o conceito de relativismo cultural sugerindo conformar, e não confrontar, as diferenças culturais, tanto em nossa sociedade quanto em outra cultura particular.

A seguir, vamos conhecer esses dois conceitos e suas implicações para a discussão da diversidade cultural.

2.1 O Etnocentrismo

O surgimento da postura etnocêntrica tem suas raízes históricas fincadas nos pensadores evolucionistas dos séculos XVIII e XIX, quando aqueles abusaram dos qualificativos “bárbaros”, “selvagens”, “incultos”, para definir os povos “primitivos” com que entraram em contato na época. (ORTIZ, 1999). É uma visão de mundo que nasceu daquelas perspectivas que estabeleceram que as sociedades humanas evoluíam linearmente da barbárie à civilização.

Nesse contexto, a Antropologia Evolucionista contribuiu significativamente para a edificação desse conceito, principalmente ao desenvolver uma visão discriminatória da cultura e do “outro”, que dividiu a humanidade hierarquicamente em “superiores” e “inferiores”, em ocidentais e os outros.

A visão etnocêntrica foi, historicamente, a primeira forma elaborada de conhecimento sobre o outro, que atribuiu e reconheceu o comportamento, quando diferente do nosso, como estranho, depreciante, imoral etc. Segundo Herskovits (1969, p. 85), “o etnocentrismo é o ponto de vista no qual o próprio modo de vida é preferido em relação a todos os outros”, e onde qualquer comportamento diferente daquele considerado padrão é depreciado, negligenciado, ou invisibilizado. Ou seja, é a atitude característica de quem só reconhece legitimidade e validade nas normas e valores vigentes na sua própria cultura ou sociedade.



Desse modo, podemos afirmar que a visão etnocêntrica, ou o etnocentrismo, tem a sua origem na tendência a julgar as realizações culturais de outros povos, por meio dos nossos próprios padrões culturais, partindo do pressuposto de que o nosso modo de vida é preferível e superior a todos os outros.

Assim, o etnocentrismo é uma visão de mundo em que o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e segundo a qual todos os outros grupos são pensados e sentidos por meio de nossos valores, nossos modelos e nossas definições do que seja a existência. No plano intelectual, o etnocentrismo pode ser identificado com a dificuldade de pensarmos a diferença. No aspecto afetivo, pode ser percebido nos sentimentos de estranheza, de medo e de hostilidade. (ROCHA, 1994).

Veja o comentário que Anthony Giddens fez explicitando como se configura o olhar etnocêntrico.

“Os Índios americanos foram inicialmente olhados [pelos europeus] como criaturas selvagens que tinham mais afinidades com os animais do que com os seres humanos. Para Celso, nunca lá tendo ido, descreveu o continente norte-americano como sendo povoado por criaturas que eram meio homens meio bestas. Julgava-se que os Índios, os nativos desse continente, eram seres sem alma nascidos espontaneamente das profundezas da terra. O Bispo de Santa Marta, na Colômbia, descrevia os indígenas como homens selvagens das florestas e não homens dotados de uma alma racional, motivo pelo qual não podiam assimilar nenhuma doutrina cristã, nenhum ensinamento, nem adquirir a virtude [sendo, portanto, legítimo escravizá-los]”. (GIDDENS, 2010, p. 30).

Você percebe como o olhar etnocêntrico constrói estereótipos sobre o “outro”?

Muito mais do que perceber uma cultura como superior em detrimento das outras, a visão etnocêntrica busca impor seus valores aos “outros”, porque nessa postura os valores são compreendidos como universalizáveis e aplicáveis a todos os homens. Ou seja, no etnocentrismo a “superioridade”

dos valores da cultura considerada como mais civilizada habilitaria a ela impor a todas as outras culturas os seus valores e formas de viver.

Essa perspectiva, levada aos extremos, constitui perigo, porque passa a servir como justificativa para a dominação de diversos povos, assim como casos de extermínio, cultural ou física, daqueles considerados diferentes.

Exemplo

A negação da diversidade cultural humana gerou concretar o extermínio de milhões de indivíduos pertencentes a povos pretensos representantes de valores culturais superiores definidos como subumanos. São exemplos disso, entre tantos outros, o Nazismo na Alemanha; a guerra civil, em Ruanda; e a guerra civil entre Sérvia e Croatas, na antiga Iugoslávia.



Entendemos por “estereótipos” os clichês ou chavões aplicados a gestos ou comportamentos considerados estranhos.

As nossas atitudes frente a grupos sociais e culturais com os quais convivemos em nossa vida cotidiana estão também, muitas vezes, repletas de atitudes etnocêntricas. Muitas vezes rotulamos e aplicamos **estereótipos** para nos dirigir às diferenças que confrontamos em nosso dia a dia. Um exemplo disso são as idéias etnocêntricas dirigidas às “mulheres”, aos “negros”, aos “empregados”, aos “colunáveis”, aos “doidões”, aos “surfistas”, às “dondocas”, aos “velhos”, aos “caretas”, aos gays e a todos os demais “outros” com os quais temos familiaridade. (COSTA et al., 2002).

Se hoje em dia ainda persiste em nosso cotidiano a forma etnocêntrica de olhar para a diferença, ela já não é mais a única e, muito menos ainda, a regra. Foi com a Antropologia Cultural desenvolvida principalmente por Boas e Malinowski que se promoveu a abertura das mentalidades e de uma nova postura diante da diferença, inaugurando uma perspectiva que passou a demonstrar que a variedade de culturas, de valores e de comportamentos constituía a riqueza da humanidade, assim como a principal característica de “ser” humano, e não seu contrário.

Desse modo, com estes antropólogos, começa a emergir uma tentativa de perceber as diferenças não mais pautadas em polaridades: positivo/

negativo, certo/errado, bom/ruim, ou ainda como normas e práticas absurdas.



Ao contrário, a Antropologia Cultural, diferentemente da evolucionista, passou a propor o entendimento dos sentidos das particularidades culturais por meio de novos critérios de valoração das relações sociais, das relações com a natureza etc. Essa nova forma de “olhar” para a diferença é denominada como **relativismo cultural**, um tipo de postura que se contrapõe à visão etnocêntrica, tema que iremos aprofundar a seguir.

Por hora, devemos considerar que a visão etnocêntrica sobre o outro precisa ser combatida, principalmente no ambiente escolar, percebendo que, embora existam expressivas diferenças culturais, outras culturas não são necessariamente inferiores, mas diferentes, com maiores ou menores recursos, com tecnologias mais ou menos desenvolvidas etc.

2.2 O Relativismo Cultural

Como vimos anteriormente, as diferenças culturais compõem o painel humano em escala planetária. Somos diferentes em nossas verdades, em nossos meios técnicos, em nossa religiosidade, em nossas instituições e principalmente em nosso cotidiano. O contato cada vez mais constante e veloz entre sociedades e culturas diferentes estimula-nos a ver a diferença cultural como algo positivo, ou pelo menos diferente, fazendo cair por terra as visões etnocêntricas que expressam a superioridade de alguns em detrimento de outros. Foi nesse contexto, que nasceu a luta teórica contra o etnocentrismo e no qual o conceito de **relativismo cultural** foi cunhado.

Desse modo, podemos afirmar que o **conceito de relativismo cultural** se originou da tentativa teórica de muitos estudiosos em buscar perceber a diferença como algo inerente à humanidade e que por isso, precisaria ser entendida circunscrita ao seu contexto específico, sem escalonamentos e/ou hierarquizações. Nesse ínterim, o conceito de relativismo cultural se

desenvolveu partindo da premissa de que as culturas são diferentes, mas jamais, piores ou melhores, desenvolvidas ou atrasadas.



Mas, afinal, o que é o relativismo?

Filosoficamente, o **relativismo** é uma perspectiva que se baseia na relatividade do conhecimento e repudia qualquer verdade ou valor absoluto, partindo do pressuposto de que todo ponto de vista é válido. Nesse sentido, todas as posições morais, todos os sistemas religiosos, todos os movimentos políticos etc. são entendidos como convenções relativas ao indivíduo, cultura ou sociedade a que se refere.



Ou seja, o conceito de **relativismo compreende os padrões e valores como próprios e convenientes aos integrantes de um dado sistema cultural**, social, político, ideológico, moral etc.

Se considerarmos a grande diversidade cultural existente no mundo, podemos apreender, partindo da noção filosófica de relativismo, que os valores e significados atribuídos a questões como bem e mal, moral e imoral, belo e feio, justo e injusto, é diferente para muitos grupos culturais.

É justamente por isso que a Antropologia Cultural passou a priorizar a necessidade de o antropólogo conviver com o “estranho”, com o “diferente”, buscando compreender mais adequadamente como determinada cultura atribui significado aos seus padrões e valores, mesmo que estes lhe pareçam os mais estranhos, bizarros e exóticos.

Foi, inclusive, a partir da consolidação desse ponto de vista que se constituíram e preconizaram alguns direitos como, por exemplo, o direito à **autonomia tribal**, que estabelece que os grupos humanos tenham o direito de possuir, fazer e desenvolver a própria cultura sem interferências

externas, valorizando desse modo os valores culturais diferentes do “padrão”. (MARCONI; PRESOTTO, 2008).



O “**direito de ser diferente**”, tão reivindicado por inúmeros movimentos sociais identitários, também nasceu dessa visão, afirmando que as diferenças que historicamente alimentaram discórdias entre pessoas, grupos e nações, precisam ser concebidas como um direito: o direito de ser diferente.

Nesse ponto da discussão é importante que façamos um destaque: **defender uma perspectiva relativizadora não significa dizer que tudo é relativo.**

Um dos problemas do relativismo é quando ele é levado até os seus limites máximos e quando tudo passa a ser considerado válido porque é cultural. É preciso compreender que o relativismo não deve servir de justificativa para uma postura que legitime o “tudo pode”, o “tudo vale”. Existem valores universais como o direito a vida, a dignidade, que precisam ser preservados e, nesse sentido, levar o relativismo ao absoluto constitui um perigo para a efetiva proteção de todo indivíduo, independentemente de sua procedência.

O cuidado que devemos ter em relação à postura relativista é com a sua absolutização, pois, ao “radicalizar o relativismo”, acabamos por entrar em um etnocentrismo às avessas, quando se passa a considerar as culturas diferentes das nossas como intocáveis, legitimando todo e qualquer tipo de prática cultural.

O relativismo absoluto e inquestionável torna-se, por assim dizer, etnocêntrico, porque legitima tudo em nome da cultura. Ao contrário disso, a relativização cultural precisa ser uma viagem de mão dupla na qual o conhecimento de outros costumes, de outros valores, de outra cultura, deve nos levar a repensar os nossos próprios valores e conceitos, visto que eles não são únicos e nem imutáveis.

O relativismo cultural

Extirpação de clitóris, infanticídios, farra do boi, entre tantas outras tradições culturais, são postas em xeque quando relacionadas com a questão do relativismo cultural. Como relativizar questões que atentam contra a vida ou contra a dignidade humana?

Segundo Leonardo Boff, “Tudo tem limites, também a tolerância, pois nem tudo vale neste mundo... Há situações em que a tolerância significa cumplicidade com o crime, omissão culposa, insensibilidade ética ou comodismo. Não devemos ter tolerância com aqueles que têm poder de erradicar a vida humana do Planeta e de destruir grande parte da biosfera. Há que submetê-los a controles severos. Não devemos ser tolerantes com aqueles que assassinam inocentes, abusam sexualmente de crianças, traficam órgãos humanos. Cabe aplicar-lhes duramente as leis. Não devemos ser tolerantes com aqueles que escravizam menores para produzir mais barato e lucrar no mercado mundial. Aplicar contra eles a legislação mundial. Não devemos ser tolerantes com terroristas que em nome de sua religião ou projeto político cometem crimes e matanças. Prendê-los e levá-los às barras dos tribunais. Não devemos ser tolerantes com as máfias das armas, das drogas e da prostituição que incluem seqüestros, torturas e eliminação física de pessoas. Há punições claras. Nestes níveis não há que ser tolerantes, mas decididamente firmes, rigorosos e severos. Isso é virtude da justiça e não vício da intolerância. Se não formos assim, não teremos princípios e seremos cúmplices com o mal. A tolerância sem limites liquida com a tolerância assim como a liberdade sem limites conduz à tirania do mais forte. Tanto a liberdade quanto a tolerância precisam, portanto, da proteção da lei”.

Fonte: BOFF, Leonardo. **Limites da Tolerância**. Disponível em: <http://www.humaniversidade.com.br/boletins/limites_da_tolerancia.htm>. Acesso em: 22 jun. 2011.

Portanto, quando o relativismo cultural é concebido como via de mão dupla é que encontramos a sua verdadeira riqueza. É quando incorporamos a ele, a perspectiva de que nenhuma cultura existe de maneira isolada, estática e independente do contexto no qual se enraíza, e que o “encontro” é o fenômeno que permite mudar determinados aspectos de uma cultura, que firmam, por exemplo, a dignidade humana. Nessa perspectiva, se aprende com o “outro” para mudar aquilo que não é justo ou ético, em nossa cultura.

A teoria relativista nos ensina que devemos compreender o outro. Desse modo, o relativismo cultural é uma nova maneira de se posicionar diante das diferenças culturais, que procura não apenas conhecer de perto os costumes dos diferentes povos, mas compreendê-los conforme seus próprios valores e lógicas.

Essa postura permite-nos conhecer e entender o significado de diferentes costumes para melhor conviver com aquilo que, às vezes, nos parece tão estranho e exótico. A relativização cultural, portanto, deve servir como um espelho que nos leva a refletir sobre os nossos próprios valores e conceitos, a partir do contato com aquele que é diferente de nós. Não é uma visão que julga, mas que compreende e se transforma no encontro com o “outro” e que, da mesma maneira e no mesmo movimento, transforma a si mesmo.

Seção 3 – Antropologia, diversidade e diferença

Objetivos de aprendizagem

- » Compreender o que é Multiculturalismo.
- » Relacionar Antropologia e Multiculturalismo.
- » Conhecer as Políticas de Ação Afirmativa.

Na seção anterior, você pôde compreender de que maneira a humanidade se relaciona com o “outro”, com a variedade de formas culturais de vida e com a diversidade. Pôde perceber também que, historicamente, o convívio com a diferença e com o diferente tem se apresentado de maneira bastante conflituosa e controvertida.



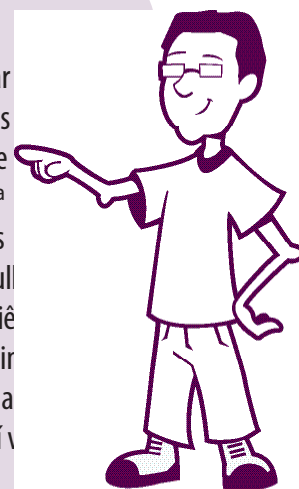
Que quanto mais os contatos são facilitados entre as pessoas, mais nos deparamos com a questão: **como lhe dar com o diferente?**

Sob tal perspectiva, o que se viu ao longo da história de contatos entre indivíduos de culturas diversas foi, em sua grande parte, uma sequência de intolerância à diferença, onde ser rotulado como “diferente” virou sinônimo de inferioridade, de indesejável, de separado do grupo. Ser diferente correspondeu a estar fora dos padrões “normais”, “ser de outro mundo”, ser desprezado, marginalizado, excluído, invisibilizado.

Foi dessa primeira forma de conceber a diferença que surgiram inúmeras classificações, estereótipos e divisões em grupos distintos e homogêneos, com base em critérios de cor, “raça”, língua, cultura, nacionalidade, preferência sexual, religião etc. e delas, também o desrespeito ao que é diferente.

Exemplo

Observando atentamente o curso da história, podemos encontrar casos, bastante emblemáticos, de perseguições injustificadas aos diferentes, como por exemplo, a perseguição aos judeus durante toda história da humanidade e, mais recentemente, durante a 2ª Guerra Mundial. Contemporaneamente, a perseguição contra os povos árabes e islâmicos etc. Podemos citar ainda o fato das mulheres terem menos direitos que os homens, dos portadores de deficiência não verem seus direitos efetivamente implantados, da discriminação sofrida pelos homossexuais em face das suas preferências sexuais, da discriminação contra índios e do racismo contra negros, e por aí vai.



Cansados da marginalização, da invisibilidade e da discriminação a que estão submetidos, esses grupos se organizaram na forma de movimentos sociais e deram início, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a luta pelo direito de ser diferente. O vulto que alcançou esses movimentos, na atualidade, demonstra a força da pluralidade étnica e cultural presente nas sociedades modernas, cada vez mais visível por meio da multiplicação das reivindicações por políticas de reconhecimento das identidades e das diferenças.

O que está sendo colocado, nesse momento, é que não basta apenas reconhecermos a existência da diversidade cultural, mas assumir que esta diversidade, tratada historicamente como desvio a ser combatido e

segregado, deve ser reconhecida e incorporada pelas sociedades que esses grupos minoritários fazem parte. Nesse contexto, a diferença se tornou uma questão social e política.



As primeiras tentativas de reconhecimento das identidades e da diferença estão intimamente relacionadas aos movimentos da sociedade civil ligados às minorias, que se organizaram, tendo como objetivo construir, pacificamente, sociedades multiétnicas e multiculturais. Como exemplos, Brasil e Estados Unidos e, mais recentemente, países europeus e a Índia enfrentaram, de diferentes modos, o problema do racismo e de outras formas de intolerância.

Na década de 1960, por exemplo, as instituições estatais estadunidenses, sob pressão dos movimentos de direitos civis, contestaram a sociedade estritamente segregada do ponto de vista racial e propuseram políticas de ação afirmativa como mecanismos de combate às estruturas que reproduziam a discriminação e a segregação.

A Índia, após tornar-se independente em 1947, adotou um sistema baseado em cotas destinando aos chamados “intocáveis”, cerca de 22,5% das vagas na administração e no ensino públicos eram destinadas a essas pessoas. O objetivo da adoção dessa medida foi corrigir as desigualdades resultantes do sistema de castas e da subordinação da chamada “origem divina”.

Você sabia?

Dentro do sistema de castas indiano, os intocáveis são as pessoas que foram consideradas fora dos limites de castas. Para um intocável, ou “dalit”, membro da classe social mais baixa entre os hindus, há numerosas regras e proibições que abrangem desde o contato físico com membros das classes mais altas à interdição de beber dos poços das aldeias.

Marcado como impuro desde o dia em que nasce, um em cada seis indianos é intocável. Estas práticas se fundamentam na crença religiosa de que esta casta acumula pecados e paga por vidas passadas.

Fonte: MARQUES, Luiz Guilherme. **A justiça e o direito na Índia**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4552/a-justica-e-o-direito-da-india>>. Acesso em: 27 jun. 2011 (adaptação do autor).

Entre 1982 e 1996, aproximadamente 25 países adotaram intervenções políticas e mecanismos de discriminação positiva visando a eliminar as discriminações sexuais e raciais nas relações de trabalho. Na década de 90, países como Ilhas Fiji, Malásia, Canadá, Índia e Austrália adotaram políticas de ação afirmativa no combate às desigualdades culturais. Na Europa, é possível encontrá-las, aplicadas às desigualdades de gênero. (PRIORI, 2004).

Você sabe quais são os objetivos das políticas de ação afirmativa? E das cotas?

As ações afirmativas são políticas que visam a afirmar o direito de acesso a recursos sociais a membros de grupos minoritários e excluídos, uma vez evidenciados fatores que impeçam esse acesso por meio de mecanismos ilegítimos de discriminação, como raça, etnia e sexualidade. Já nas cotas, os recursos são distribuídos à população de acordo com o peso proporcional na população total. Se houver, por exemplo, 51% de mulheres e 10% de negros na população, deve haver a mesma proporção de mulheres e de negros nas universidades ou no mercado de trabalho. (GUIMARÃES, 1999).



O *Apartheid*, regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional da África do Sul, no qual os direitos da grande maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca, resultou em uma série de revoltas populares e protestos que causaram o banimento da oposição e a detenção de líderes antiapartheid. Entretanto, a crescente oposição, que se deu a partir da década de 1980, culminou, em 1994, na realização de eleições multirraciais e democráticas que foram vencidas pelo Congresso Nacional Africano, sob a liderança de Nelson Mandela.

Foi, portanto, no esteio dessas lutas que emergiu um conjunto de ações multiculturais e afirmativas para combater os processos de desigualdade e discriminação aos quais foram submetidos os “diferentes”. Essas lutas foram denominadas como multiculturalismo e é sobre ele que iremos falar a seguir, buscando estabelecer as relações do multiculturalismo com a Antropologia.

O Multiculturalismo e a Antropologia

Como você viu, todos nós somos diferentes, porque possuímos referenciais étnico-culturais diferentes. Entretanto, essa diferença, que caracteriza a singularidade da humanidade em relação às outras espécies serviu, durante muito tempo, para subjugar e dominar o “outro”.

Além disso, na luta histórica pelo direito à igualdade, que nasceu atrelado às ideias iluministas, a diferença foi também relegada ao segundo plano. Do ideário iluminista, herdamos o discurso acerca da igualdade: “Todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos, e dotados que são de razão e consciência devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Fruto desse imaginário iluminista, o valor: “somos todos iguais”, penetrou com toda a força nas sociedades ocidentais. Não importava mais a diferença, mas a igualdade entre todos. Olhando para aquele contexto, esse valor foi revolucionário, sem dúvida. O problema é que o “valor” filosófico não se refletiu enquanto tal na realidade concreta.



O que significava ser igual no ideário Iluminista?

Significava adotar um determinado padrão ético e moral considerado legítimo e justificável em detrimento de outros valores e, dessa forma, o modo de vida ocidental como padrão. Ser igual significava adotar o tipo de comportamento da sociedade ocidental, em contraposição a todos os outros tipos de comportamento que passaram a ser considerados como irracionais e inadequados.

No entanto, nos tempos atuais, os movimentos sociais, daquelas minorias que foram invisibilizadas pelo modelo da igualdade iluminista, passaram a demonstrar que não são apenas iguais, mas também diferentes e que afirmar a igualdade não significa, em hipótese alguma, negar a diferença

que os caracteriza. Emerge daí a ideia de que devemos ser “iguais na diferença”.



É nesse contexto que surge o **multiculturalismo** apontando como, cada vez mais, vivemos num espaço e tempo marcados pela efervescência das questões trazidas pelas diferenças, sejam elas de gênero, de “raça”, de classe social, de orientação sexual, de identidades, de origens, de pertencimentos, de geração etc., diferenças que até bem pouco tempo ficaram ocultas pela força do discurso sobre a igualdade. O nosso mundo passa a ser compreendido, a partir de agora e cada vez mais, como multicultural, plural e diversificado.

A Antropologia Cultural tem um papel importante nesse processo. Com suas análises e proximidade com as culturas e a diversidade cultural, acabou participando e se aproximando dos movimentos sociais identitários e dos de luta pelo reconhecimento de direitos de identidade e diferença. Ou seja, de uns anos para cá, a discussão da diferença no saber antropológico ultrapassou os limites da academia para assumir-se como instrumento para gestar propostas para a consolidação de direitos, principalmente em países que apresentam traços de multiculturalidade – em especial os colonizados e os compostos por grupos minoritários.

Essas minorias, que podemos entender como grupos desempoderados em uma dada sociedade, são grupos que estão bastante submetidos a mecanismos discriminatórios que, por sua vez, os inserem de maneira desigual na sociedade como um todo. Enquanto um pequeno grupo que domina tem acesso aos benefícios sociais e detém inúmeros mecanismos de acesso e privilégios, a minoria, que paradoxalmente constitui a grande parte da sociedade, está à margem ou excluída.



Assim, o multiculturalismo, apropriando-se de conceitos antropológicos e partindo da premissa da coexistência de formas culturais diversas em um mesmo território, constrói um discurso multicultural emancipatório nos movimentos sociais que defende a necessidade de reconhecimento das diferenças entre as pessoas por meio do pressuposto da “igualdade na diferença”.

Tal discussão, embora tenha sido intensamente debatida, a partir dos anos sessenta nos Estados Unidos e no Canadá, intensificou-se nas últimas décadas, devido aos efeitos da globalização. Pode-se dizer que, nos últimos 25 anos do século XX, esse debate se fortaleceu a partir do surgimento de novos movimentos sociais urbanos e rurais que têm questionado o pressuposto da igualdade formal.

Esses grupos, entre os quais podemos citar o movimento feminista, o movimento gay, o movimento negro, o movimento indígena, o movimento dos portadores de necessidades especiais etc., passaram a reivindicar políticas de reconhecimento das suas diferenças e das suas várias identidades, assim como de suas desvantagens e desigualdades sociais em um movimento que é mundial. Nesse contexto, instaura-se o multiculturalismo.

Muitas pessoas fazem confusão entre o termo multicultural e o multiculturalismo. Enquanto o primeiro reflete um conjunto de culturas convivendo em um mesmo espaço, o multiculturalismo precisa ser compreendido articulado com a ideia de política pública, com a ideia de consolidação de direitos.



Nesse sentido, o **multiculturalismo** refere-se a uma série de ações institucionais desenvolvidas na sociedade civil e nos diversos níveis de poder da República, voltadas para resolução do problema das diferenças e para a elaboração de projetos capazes de fazer frente aos mecanismos que permitem a reprodução das desigualdades.

Ou seja, o multiculturalismo constitui-se como um dos mecanismos para lutar contra toda forma de intolerância e em favor de políticas públicas capazes de garantir os direitos civis básicos a todos, preservadas as suas diferenças. Inseridas nessas políticas diferencialistas encontram-se as denominadas políticas de ação afirmativa, entendidas como ações públicas ou privadas, ou programas que buscam prover oportunidades ou outros benefícios para pessoas, com base, entre outros critérios, em seu pertencimento a um ou a mais grupos específicos, ou seja, refere-se a programas voltados para o acesso de membros de minorias raciais, sexuais ou religiosas às escolas, aos contratos públicos e aos postos de trabalho.

Exemplo

Vamos pensar então em alguns exemplos concretos de políticas multiculturais, ou de políticas de ação afirmativa. Em janeiro de 2003, foi sancionada no Brasil a Lei 10.639, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A intenção desta lei foi valorizar e dar visibilidade a cultura de um povo que tomou parte fundamental na formação da nação brasileira. A incorporação da temática do gênero assim como da sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais é um exemplo de política de ação afirmativa, que atestam como a diversidade cultural, sexual e de gênero do povo brasileiro passou a ser uma política formal que, ao ser contemplada, tornou-se um exemplo de multicultural.



Por isso, também se pode afirmar que o **multiculturalismo atua para corrigir as falhas do sistema de liberdade e igualdade formais do liberalismo**, ao articular direitos específicos com universais. Nesse sentido, a valorização da diferença proposta pelo multiculturalismo não é algo que inviabiliza o sonho da igualdade e do respeito entre os povos. O direito à diferença, defendido nessas políticas é visto como algo que complementa o direito de igualdade, lançando assim novos desafios para a questão da igualdade.



Será que somos todos realmente iguais? Ou pelo menos, somos todos tratados como iguais?

O que se demonstra com o multiculturalismo é que se não possuímos, todos as mesmas referências culturais, se não possuímos todos, as mesmas condições sociais, se vemos o mundo a partir de perspectivas diferentes, então temos múltiplas identidades, ou identificações, que se não são reconhecidas, ou são reconhecidas de maneira estereotipada, podem nos causar danos, muitas vezes irreparáveis.



2.3 - Comunidade Quilombola



2.4 - Comunidade Indígena

No Brasil, encontramos uma série de comunidades tradicionais, indígenas ou não (quilombolas, ribeirinhos, vaqueiros, entre outras). Essas comunidades são culturalmente diferentes da etnia dominante, por vários aspectos. Dentre eles destacam-se: a propriedade comum dos bens, da terra e da tecnologia; a produção voltada para dentro da comunidade; a distribuição igualitária do trabalho (que não é assalariado); a transmissão do conhecimento comunitariamente; a dependência de recursos naturais e um conseqüente e profundo conhecimento da natureza; a importância de símbolos, mitos e rituais para a coesão social; a ocupação do mesmo território por gerações, o qual provê meios de subsistência, trabalho, produção e fatos que originam um vasto imaginário mitológico. (DIEGUES, et al., 1999a).

Essas formas de vida devem ser protegidas pelo Estado, visto que sua existência fica ameaçada em função de interesses econômicos imediatos, ou devem ser diluídas e absorvidas pela cultura urbana dominante? Reflita sobre isto

Por isso o multiculturalismo também propõe que os Estados democráticos contribuam para que os grupos que se encontram em desvantagem possam conservar as suas culturas contra as interferências das culturas

majoritárias ou de massas. Ou seja, que sejam construídas políticas, no âmbito institucional, voltadas para o reconhecimento da diferença e das particularidades. Nesse sentido, a sociedade deve ter em mente que a diversidade ou a diferença não são problemas, mas sim, soluções.



Síntese do capítulo

- » A **cultura**, no sentido antropológico, é um termo que se refere à visão dos próprios grupos estudados e, segundo Geertz (1989), é um “conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções, que servem para governar o comportamento”.
- » A **cultura** interfere no plano biológico, delimita a nossa forma de participação social a partir de uma lógica própria, e é dinâmica. É também um mecanismo cumulativo, pois as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, reduzindo o esforço das novas gerações.
- » O **etnocentrismo** é o ponto de vista no qual o próprio modo de vida é preferido em relação a todos os outros e onde qualquer comportamento diferente daquele considerado padrão é depreciado, negligenciado, ou invisibilizado.
- » O conceito de **relativismo cultural** compreende os padrões e valores como próprios e convenientes aos integrantes de um dado sistema cultural, social, político, ideológico, moral etc. e precisa ser uma viagem de mão dupla na qual o conhecimento de outros costumes, de outros valores, de outra cultura, deve nos levar a repensar os nossos próprios valores e conceitos.
- » As **ações afirmativas** são políticas que visam a afirmar o direito de acesso a recursos sociais a membros de grupos minoritários e excluídos uma vez evidenciados fatores que impeçam esse acesso por meio de mecanismos ilegítimos de discriminação.

- » O **multiculturalismo** refere-se a uma série de ações institucionais desenvolvidas na sociedade civil e nos diversos níveis de poder da República, voltadas para resolução do problema das diferenças e para a elaboração de projetos capazes de fazer frente aos mecanismos que permitem a reprodução das desigualdades.

Você pode anotar a síntese do seu processo de estudo nas linhas a seguir:

2. Você estudou, nesse capítulo, que a perspectiva do relativismo cultural pode se constituir em grande perigo quando concebida em termos absolutos. Qual é este grande perigo? Por que ele se relaciona com o etnocentrismo? Como resolver esse problema?

3. Explique o que é o “multiculturalismo” e de que forma as políticas multiculturais podem auxiliar no combate às desigualdades.



Aprenda mais...

Para ampliar os conhecimentos adquiridos neste Capítulo, consulte:

CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando, Uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

SELL, Sandro César. **Ação afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

Os filmes a seguir também podem contribuir na reflexão das temáticas abordadas nesse capítulo:

- » **A Guerra do Fogo** (La Guerre du feu, 1981, FRA/CAN)
Dir.: Jean-Jacques Annaud. Com: Everett McGill, Rae Dawn Chong, Ron Perlman, Nameer El Kadi.
- » **Nell** (Nell, 1994, EUA). Dir.: Michael Apted. Com: Jodie Foster e Lian Neeson.

Antropologia e Educação

Nesse capítulo, você terá a oportunidade de aprofundar seus estudos sobre a relação entre a Antropologia e a Educação, procurando compreender como as teorias e conceitos antropológicos podem ser utilizados na prática pedagógica e no contexto escolar.

Nesse sentido, faremos um estudo da escola pela perspectiva antropológica, analisando-a como um espaço etnocêntrico que pode se tornar multicultural. Também aprenderá formas de aplicar o método etnográfico, e conhecerá as vantagens de desenvolver, no ambiente escolar, uma educação antropológica.



Antropologia e Educação

Objetivo geral de aprendizagem

Compreender as relações que se estabelecem entre Etnocentrismo, Multiculturalismo e Escola, as contribuições do uso do método etnográfico aplicado ao contexto escolar, bem como as possibilidades de construção de uma educação antropológica nesse ambiente.

Seções de estudo

Seção 1 – A escola: do etnocêntrico ao multicultural

Seção 2 – O uso do método etnográfico na Educação

Seção 3 – As possibilidades de uma Educação Antropológica

Iniciando o estudo do capítulo

A partir desse momento você iniciará seus estudos sobre as relações que se estabelecem entre Etnocentrismo, Multiculturalismo e Escola. Neste capítulo, você terá a oportunidade de conhecer as contribuições que a aplicação do método etnográfico pode trazer para o contexto escolar. Em seguida, você conhecerá também as possibilidades de construção de uma educação antropológica neste ambiente.

Seção 1 – A escola: do etnocêntrico ao multicultural

Objetivos de aprendizagem

- » Pensar a escola a partir das perspectivas etnocêntrica e multicultural e suas consequências para o âmbito educacional.
- » Estabelecer relações entre escola, discriminação e diferença.

De acordo com Gusmão (2008), atualmente o mundo se apresenta bastante confuso e aparentemente “esquizofrênico”, diante de tantas transformações que envolvem questões econômicas, políticas, culturais, ambientais e tecnológicas. Os mercados se unificam, a cultura se mundializa, o mundo se globaliza. Fala-se em união, integração econômica e cultural, superação de fronteiras, de grupos diversos que se deslocam no tempo e no espaço. As particularidades se reafirmam, diferentes povos, grupos, regiões e culturas reivindicam um lugar próprio e singular.

É nessa “esquizofrenia” que o debate das diferenças se coloca e que ganha presença e significado na área educacional. Mesmo não sendo um debate novo, na medida em que a questão da diversidade e do contato cultural sempre esteve presente na humanidade, agora emerge de modo bastante intenso, porque estão sendo questionados os paradigmas explicativos dessas questões, cujas premissas teóricas parecem estar superadas.

Em jogo, está a busca por um diálogo inter e transdisciplinar entre Antropologia e Educação. Um diálogo que permita compreender as propriedades da vida social e resgatar o conceito de cultura como uma noção crítica e engajada,

que perceba as diversas formas culturais e étnico-culturais como uma questão política; e o espaço escolar, como um *lócus* em que se estabelecem relações grupais entre seres humanos com as mais diferentes procedências.

Esse diálogo emerge justamente porque a escola tornou-se objeto da pesquisa antropológica, porque passou a ser vista como um *lócus* privilegiado de manifestação do etnocentrismo. Sendo um espaço de contato entre diversidades de mundos e culturas, a forma como a escola trabalhou com a diferença ao longo de sua constituição histórica inspirou a necessidade de repensá-la, antropológicamente.

A maioria dos debates sobre a relação entre etnocentrismo e escola demonstra que a escola tem contribuído, historicamente, para fomentar e reproduzir a visão etnocêntrica de compreender o mundo. Visão que se constitui como um dos primeiros entraves, ou uma das primeiras dificuldades, para que os indivíduos no ambiente escolar se associem, formem grupos, se relacionem, aceitem e respeitem a verdade do outro. Isto, por sua vez, produz choques e atritos que se manifestam concretamente pela formação de gangues, tribos, guetos etc.

Provavelmente você tem um sem número de situações para exemplificar esses fatos, pois são frequentes as situações em que se manifestam posturas etnocêntricas nas relações entre estudantes. Desde os problemas de aceitação e entrosamento de um aluno novato na sala, até a formação de grupos de trabalho para executar alguma atividade escolar cotidiana. Ou, ainda, por meio da negação do outro, conseqüentemente da negação do valor de sua cultura, ao supervalorizar e afirmar uma cultura em detrimento de outras.



Você já não se pegou fazendo isso, ou conhece situações como essas?

Pois bem, chegou o momento de pensarmos sobre a nossa prática docente e sobre o ambiente onde trabalhamos ou iremos trabalhar. Se desejarmos mudá-lo, precisamos pensar como esse espaço abordou historicamente a diferença. É importante você perceber que a escola, como instituição, foi eficiente para a reprodução do etnocentrismo e que a defesa da diferença é algo novo para ela e para aqueles que a fazem, o que implica debater exaustivamente os mecanismos que possibilitam a superação desse problema.

1.1 A escola e o etnocentrismo

Pare para pensar por alguns minutos e procure, na sua memória, lembranças sobre como a escola em que você estudou tratava aqueles que eram diferentes do considerado “normal”.



Você estudou história da África? Estudou cosmologias indígenas? Com quantos portadores de necessidades especiais você estudou? Com quantos afrodescendentes e indígenas? No mínimo, você deve estar lembrando como o convívio com o diferente foi bastante “complicado”.

Pois bem, a partir do que você rememorou, podemos iniciar a discussão sobre a questão da relação que se estabelece entre escola e o etnocentrismo e de que forma essa relação se manifesta.

Podemos começar explicando que a perspectiva etnocêntrica na escola se manifesta como um tipo de postura na qual as diferenças são trabalhadas por meio da divisão, da desvalorização, da hierarquização e porque não dizer, da invisibilização do “outro”. Ou seja, a manifestação das diferenças, no ambiente escolar, durante muito tempo, foi vista não como elemento educativo, mas como elemento provocador de discriminação, como elemento negador de proximidade. Por isso, remetê-la a uma posição secundária tornou-se a regra.



Nesse sentido, a primeira forma de relação com o “outro” que se estabeleceu no ambiente escolar primou pela valorização dos “iguais” por meio da negação dos diferentes e das diferenças. Nesse processo, o professor assumiu um papel preponderante porque, como mediador, atuou para a reprodução de perspectivas etnocêntricas, valorizando o igual, negando, muitas vezes implicitamente, o diferente.

Um exemplo de como isso se manifesta na sala de aula, é quando o professor não observa o que está ocorrendo e não busca uma alternativa dialogada, para, a partir das diferenças, construir relações e buscar pontos convergentes. Muitas vezes, o professor toma partido e, ao fazer isso, acaba julgando e jogando um contra o outro.

Segundo Carneiro (2008), é muito comum que o professor opte pelos bem comportados, desenvolvendo uma postura hostil em relação aos considerados não comportados, ao valorizar aqueles que manifestam atitudes que se aproximam dos comportamentos previstos nas normas propostas (ou impostas), tornando invisíveis aqueles que se afastam dela.

Está bastante presente também na cultura escolar brasileira, a ideia e a naturalização de que alunos provenientes de camadas economicamente menos favorecidas e/ou de grupos étnicos socialmente discriminados tenham baixo desempenho escolar. Esse tem sido um estigma para muitas crianças e adolescentes na escola.

Além das atitudes manifestadas por professores, estão também dentre as manifestações etnocêntricas no espaço escolar a forma como são abordadas as diferenças nos e pelos currículos escolares. E um dos problemas mais significativos encontrados nesse processo é a questão do universalismo.

Isto porque, sobre a capa do universalismo, a escola, tomando o modo de vida das elites urbanas como o modelo civilizatório válido para todos os grupos humanos, de forma implícita ou não, transformou-se num instrumento civilizador e dominador. Sua principal tarefa se tornou transferir aos alunos uma série de conhecimentos considerados universais. Desse modo, o respeito à diversidade, no currículo tradicional, foi mera incorporação mecânica de assuntos que dizem respeito aos “outros”, reproduzindo assim o racismo, o preconceito, os estereótipos, bem como uma série de mecanismos de exclusão.

Você já parou para pensar como negros e índios foram historicamente representados nos livros didáticos, ou na literatura infantil? As populações indígenas, por exemplo, são representadas conforme aquela cultura histórica que os via como ingênuos, vítimas dos colonizadores, cujo traço cultural fundamental era, fora a preguiça, a relação com a natureza. Já as imagens do negro surgem, em sua grande maioria, em situações de inferioridade social, preconceito e discriminação e não realçam a presença ativa e relevante do Negro na História do Brasil. Fora os estereótipos e estigmas, como a imagem representada sempre pelo “escravo”, pela empregada doméstica, ou pelo bandido.





Figura 3.1 – Preconceito

Um elemento, muitas vezes cruel, presente nos ambientes escolares, é a intolerância das pessoas, ou até mesmo a indiferença. Para os educadores que buscam construir uma escola que seja cidadã, democrática e multicultural, torna-se fundamental a tarefa de desconstruir os aspectos que mascaram a discriminação racial, cultural e social no país e que contribuem para que o sistema educacional brasileiro opere de maneira a reforçar o modelo desigual presente em nossa sociedade.



Assim, admitindo-se que o **ambiente escolar é um espaço que reproduz o etnocentrismo, o racismo, o preconceito**, como o professor deve se posicionar?

Vamos pensar um pouco mais sobre essa questão.

1.2 Escola, discriminação e diferença

Assim como deve haver no ambiente escolar uma constante vigilância, no sentido de minimizar imposições etnocêntricas, você, como professor, precisa manter-se vigilante quanto à questão da discriminação para com o “diferente”. Faz parte da sua prática pedagógica estar atento a todas as questões de natureza discriminatória que se manifestem no espaço escolar, principalmente aquelas remetidas às minorias raciais, às mulheres, aos

indígenas, aos homossexuais, aos portadores de necessidades especiais etc. Esses desafios devem ser enfrentados e trabalhados na escola, no sentido de que os educandos possam aprender a respeitar as diferenças.



Para tanto, temos que partir do princípio de que nenhuma forma de discriminação ocorre no vácuo, muito menos de maneira isolada. Ela sempre está entrelaçada a outras formas de discriminação e são manifestadas inclusive institucionalmente, nos mecanismos da sociedade mais geral. Nesse sentido, é preciso entender que a discriminação se apresenta de variadas formas, desde a intolerância manifestada em seu mais alto grau, até práticas mais sutis que ocorrem por meio de brincadeiras, do *bullying* ou do isolamento do indivíduo.

É fundamental, como professores, estarmos atentos às causas e às consequências que a discriminação implica no mundo todo. A discriminação de gênero, por exemplo, tem consequências enormes e devastadoras, não só para as mulheres e homossexuais, como também para a sociedade. A discriminação às mulheres têm deixado um alto número de jovens sem educação apropriada. E esse fracasso na educação, por sua vez, traz outras consequências, como, por exemplo, a ocupação de empregos mal-remunerados. Além disso, a discriminação de gênero associada a outras formas de discriminação tais como etnia, “raça”, orientação sexual, classe social ou status econômico, torna-a ainda mais séria.

A discriminação racial é outra questão que traz consequências sérias à sociedade, por ser uma das mais evidentes expressões de acesso desigual. No Brasil, por exemplo, negros e mulatos sofrem sérias consequências relativas ao preconceito e à discriminação presente nas relações sociais, principalmente no lugar de trabalho, na escola e na relação com a polícia. É comum que a sociedade aceite o negro em algumas áreas que “não causaria problemas” como bares, festas, igrejas e futebol. Já nos espaços em que o preconceito e a discriminação se manifestam claramente, como os ligados ao mercado de trabalho e ao casamento, a ideia é a de que “negro não entra”. Mas isso pouco se evidencia explicitamente. Somos o país do mascaramento dos preconceitos.

É nesse sentido que as noções veiculadas na escola e difundidas nos livros didáticos de que somos um país sem diferenças, formado pela mistura de índios, brancos e negros, neutraliza as diferenças culturais e dificulta o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito. Ao ser uniformizada, a cultura se torna uma barreira para a consolidação de uma escola multicultural porque deprecia as diversas contribuições que compuseram e compõem a identidade nacional.

Multiculturalismo no Brasil

Se você atribui um caráter homogêneo à sociedade brasileira, é importante desconstruir esta visão, ainda mais se a sua pretensão é a de construir, no ambiente escolar, um viés multicultural. Uma das maneiras para empreender essa tarefa é buscar desmistificar a ideia de que o Brasil é um país mestiço, de que é o país da democracia racial e do convívio cordial entre as raças.

Para tanto, faz-se necessário também compreender de que maneira este ideário contribui para camuflar, dissimular e incentivar o preconceito e a discriminação para com os diferentes grupos étnicos existentes em nosso país. O mito da democracia racial é um arcabouço ideológico que surgiu na década de 30, durante o Estado Novo, construído para se opor ao cenário até então existente de pavor da mestiçagem, gestada pelas teorias eugenistas e racialistas da época.

O “mito da democracia racial” se constituiu com o objetivo de construir uma identidade para a nação, tomando a miscigenação como símbolo, daí nasceu a ideia de que somos todos brasileiros, um único povo, ordeiro, pacífico e alegre, surgido da mistura de três raças: os índios, os negros e os portugueses. A mestiçagem tornou-se, nesse contexto, uma das peças ideológicas mais importantes da democracia racial brasileira. Um grande aliado na construção dessa representação foi Gilberto Freyre, com seu trabalho “Casa-Grande e Senzala”.

O “mito da democracia racial” tornou-se fundamental no sentido de ocultar e dissimular o preconceito, ajudando, inclusive, a dificultar a formação da consciência e da identidade política dos membros dos próprios grupos oprimidos. Isto porque, ao instituímos um ideário de negação da existência de “raças” fundimos rapidamente esse ideário com uma política de negação do racismo como fenômeno social, o que acaba por forjar, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Hoje, este mito é cada vez mais questionado, principalmente pelo Movimento Negro e pelos movimentos de combate ao racismo. (COSTA et al., 2002).

Embora a perspectiva antropológica atual paute-se pela afirmação da relativização, podemos perceber que a ação escolar ainda tem muita dificuldade em relativizar. Para que esse quadro possa ser modificado, e não estamos dizendo que é tarefa fácil, dependemos da nossa vontade e desejo de promover a valorização da diferença, não pelo simples fato de ser diferente, mas porque é na diferença que encontramos elementos e informações que possibilitam novas, criativas e significativas aprendizagens.



Não temos uma receita pronta, mas podemos pensar em algumas práticas que nos auxiliarão nessa tarefa. Nesse sentido, considerar na ação e na prática pedagógica, as diferenças e as desigualdades, priorizar fatores sociais e étnico-culturais, lançar mão de princípios que privilegiem a conquista da autonomia, estabelecer diálogos e parcerias e desenvolver uma prática docente que seja interdisciplinar e transversal, são fatores importantes para viabilizar a construção desse modelo de escola.

Você deve também ter em mente, que o respeito à pluralidade cultural pressupõe não só considerar e tolerar o diferente, mas também desenvolver ações específicas voltadas para a incorporação dos grupos “minoritários”. Em uma política multicultural, em especial no campo da educação, não se trata apenas de reconhecer o “outro”, mas de superar a pretensão etnocêntrica das culturas das elites dominantes de se constituírem como referência normativa.

Nesse ponto, o currículo também precisa ser repensado. Questione a totalidade do currículo, as práticas cotidianas que constituem o âmbito escolar, as ideologias nacionalistas, racionalistas e assimilacionistas e, no caso do Brasil, o “mito de democracia racial”. Ainda que o Brasil tenha a cara da mestiçagem, no sentido da multiplicidade de etnias que aqui convivem, a multiculturalidade brasileira precisa ser valorizada como uma característica real do país, visto que a diversidade foi também um traço fundamental para a construção da identidade nacional. Assim, novamente no que concerne ao âmbito educacional, essa questão entra como um grande desafio no que se refere à inclusão de conteúdos sobre as diversas etnias.

Multiculturalismo na escola

No Brasil, a discussão sobre a multiculturalidade do país está bastante presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, assim como nos Referenciais Curriculares Nacionais. Nestes documentos reforça-se a necessidade de que a diversidade sociocultural brasileira; formada pelos descendentes dos povos africanos e por um grupo numeroso de imigrantes descendentes de povos de vários continentes, com diferentes tradições culturais e religiosas, esteja contemplada nos currículos escolares.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais, por exemplo, a escola pode contribuir muito para essa mudança de perspectiva, para mudar a tendência histórica e unilateral de reproduzir ideologias de classes hegemônicas, ainda hoje, “amparada pelo consenso daquilo que se impôs como se fosse verdadeiro, o chamado, criticamente, ‘mito da democracia racial’, a escola muitas vezes silencia diante de situações que fazem seus alunos alvo de discriminação, transformando-se facilmente em espaço de consolidação de estigmas”. (DCNs., 2004, p. 06). Esse fato tem inculcado nos alunos, vítimas ou não destes traumas, concepções saturadas de erro que reforçam o distanciamento abismal entre pobres e ricos, entre oportunidades e abandono social.

Torna-se então central o papel dos educadores e da escola para desconstruir os elementos que mascaram a discriminação racial no país e que contribuem para que o sistema educacional brasileiro opere de maneira a reforçar o modelo desigual presente na sociedade brasileira.

O papel do educador passa pela compreensão de que a escola é um espaço onde tanto podemos reproduzir o racismo, como podemos lutar contra ele, cabendo a nós, agentes sociais, buscar estratégias que auxiliem na superação dos preconceitos.



O que você pode fazer?

Vão aí algumas dicas (LOPES apud TRINDADE, 2000):

- » Tomar consciência da função social do seu trabalho.
- » Discutir sobre a sociedade que temos e sobre a sociedade que queremos.
- » Não desconhecer a existência do racismo no país.
- » Trabalhar os próprios medos e preconceitos.
- » Não ver a comunidade na qual se trabalha de forma estereotipada ou estigmatizada.
- » Desmontar o mito da democracia racial – para si e para o grupo oprimido.
- » Construir experiências criativas promotoras de uma educação não racista, não machista e não elitista.
- » Orgulhar-se da herança étnico-cultural, elevando a própria autoestima e a autoestima da comunidade atendida.
- » Adotar uma postura intelectualmente aberta.
- » Dispor-se a conhecer o patrimônio cultural brasileiro de origem africana, indígena etc.
- » Construir/produzir coletivamente o conhecimento, a favor de uma educação para todos, efetivamente inclusiva, a partir do olhar sobre a nossa diversidade étnico-cultural.
- » Criar situações que viabilizem diálogos em que os diferentes possam se manifestar em sua plenitude.
- » Aproveitar, ao máximo, o contato com o “outro”, pois é nessa relação de encontro, que são colocados em xeque os nossos valores e onde o processo de aprendizagem, assim como o processo de interação, pode ultrapassar as próprias fronteiras e as posturas etnocêntricas.

Se o seu trabalho docente conseguir colocar em prática essas prerrogativas, com certeza você estará contribuindo para a tomada de consciência da sociedade sobre a existência do racismo e do preconceito no Brasil e, em contrapartida, estará contribuindo para a superação das injustiças sociais para além das políticas compensatórias, agindo diretamente na maneira das pessoas se relacionarem, posicionando-se em favor da tolerância e do respeito às diferenças.

Seção 2 – O uso do método etnográfico na Educação

Objetivos de aprendizagem

- » Reconhecer as contribuições e possibilidades do uso do método etnográfico na educação para a construção de uma escola multicultural.

Como você estudou anteriormente, encontramos na escola sujeitos de diferentes classes, etnias, sexo, idade etc., que estão em constante relação social. A escola é, portanto, um microcosmo social que pode ser observado, descrito e interpretado, ou seja, é um espaço no qual podemos aplicar o método etnográfico. Entretanto, fazer uma etnografia da escola é uma tarefa complexa que precisa ser feita com muito cuidado.



Quando desenvolvida com muita responsabilidade e partindo de objetivos bem fundamentados, a etnografia tende a se tornar um instrumento importante de conhecimento-aproximação com o “outro” na escola, a partir da qual podemos perceber incongruências de códigos, tanto de comunicação verbal (e escrita), quanto de outra natureza – comportamentais, corporais, valores, estilos de viver e modos de entender o que espera a escola (ou qualquer outro agente educador) perante o que espera seu aluno.

Em um curso como o de Pedagogia, que tem como um de seus pressupostos a “pesquisa-ação”, ou seja, a intervenção no local onde se atua, o

desenvolvimento da pesquisa é primordial para o processo educativo e para a construção do conhecimento. Isto porque a prática da pesquisa no ambiente escolar abre espaço para o diálogo e para o questionamento de ideias e teorias, inter-relacionando-se com os problemas previamente identificados na escola.

Nesse sentido, a etnografia aplicada à educação geralmente se volta para o processo educativo, tomando por isso uma forma peculiar de ser realizada. Enquanto toda pesquisa etnográfica voltada para a Antropologia pressupõe um prolongado tempo de permanência no campo de pesquisa, a etnografia aplicada à educação constitui uma adaptação daquele modelo, visando à efetivação de um estudo que permita ao pesquisador realizar a observação participante, as entrevistas intensivas e a análise de documentos com um tempo reduzido em campo. Ou seja, a

[...] Etnografia da Escola caracteriza-se por considerar aspectos relacionados à dimensão cotidiana da escola e da comunidade que faz parte de sua área de abrangência, enfatizando, sobretudo, os elementos culturais dos sujeitos e dos segmentos que nela atuam direta ou indiretamente. (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1997, p. 15).

Como o observador, nesse ambiente, é geralmente o professor, a observação passa a ser constante, na medida em que ele faz parte do grupo. O professor é parte da situação observada interagindo com os sujeitos e compartilhando do seu cotidiano. Por esta razão, para a realização desse tipo de pesquisa, torna-se necessário que ele desenvolva algumas habilidades como pesquisador.

Entre estas habilidades destacam-se: o estabelecimento de uma relação de confiança entre os sujeitos envolvidos, disponibilidade de ouvir, formulação de novas indagações, familiarização com o contexto, flexibilidade, paciência, tolerância às ambiguidades, trabalhar sob sua própria responsabilidade, inspirar confiança, ter autodisciplina, ser sensível aos outros e a si mesmo, guardar confidencialmente algumas informações e realizar ações de aceitação do grupo. (ANDRÉ, 1995).



Em termos técnicos, o professor procede no desenvolvimento da etnografia tal qual o antropólogo, utilizando as mesmas técnicas. O que muda é seu objeto, que é a escola, os membros que a compõem e seu entorno. Ou seja, na educação a etnografia se dirige para o ensino e para a aprendizagem em um contexto amplo, relacionando o que é determinado dentro e fora da escola.

Analisando o conjunto e suas relações dinâmicas é que o professor poderá detectar os ângulos novos de um determinado problema e as interações do sujeito com o meio, as dimensões pessoal, institucional e sócio-cultural, descrevendo seus significados e analisando as relações de parceria entre pesquisador e agentes escolares.

É importante que o professor faça uso de registros e anotações, salvaguardando suas observações, conversas, comportamentos, gestos, ou seja, tudo que esteja relacionado com a sua proposta da pesquisa. Esses dados constituem a matéria bruta a ser analisada posteriormente, que servirão para compreender a rede de relações e interações presentes na prática escolar.

Lüdke e André (1986) ressaltam que, para a realização de uma pesquisa de tipo etnográfica no ambiente escolar é conveniente que se realize uma conversão do olhar, por meio da qual tudo passe a ser visto como se nunca tivesse sido visto antes. Esse distanciamento permitirá captar mais informações e dados diante da diversidade de sujeitos e da variedade de fontes e interpretações de dados.



Saiba também que a etnografia da escola deve servir a um propósito. Mais do que simplesmente descrever detalhadamente o ambiente escolar ela deve, por meio da compreensão dos significados culturais do ambiente estudado, sugerir a transformação da escola em um espaço multicultural, de valorização e respeito das diferenças e da diversidade étnico-cultural ali presentes.

Entenda, porém, que o método etnográfico não é uma receita, nem é garantia de resolução desses problemas. Entretanto, na medida em que instrumentaliza a pesquisa em educação, a etnografia contribui certamente para estreitar a comunicação, respeitando as diferenças e revendo os preconceitos na busca de superá-los na medida em que rompe com a visão cotidiana da escola como algo estático, repetitivo e uniforme. Ajuda-nos também a ver a escola como um espaço que cria e recria a pluralidade de linguagens e objetivos, muitas vezes conflitantes e a identificar as hierarquias (de gênero, classe, idade, raça/etnia, entre

outras), possibilitando captar as relações de poder que estão presentes no cotidiano escolar, para então superá-las.

Diante disso, a etnografia aplicada à educação apresenta-se como uma metodologia privilegiada para conhecermos melhor quem são os sujeitos, quais as relações, quais os lugares e quem são as pessoas que fazem e ocupam a escola. Faça, portanto, uso constante do método etnográfico para pensar e repensar a sua prática cotidiana (atual ou futura) e para compreender melhor a realidade escolar aonde você atua ou atuará.

Seção 3 – As possibilidades de uma Educação Antropológica

Objetivos de aprendizagem

- » Refletir sobre a possibilidade de construção de uma educação antropológica.
- » Reconhecer os elementos constituintes de uma educação antropológica e o papel do professor nesse processo.

O diálogo entre Antropologia e Educação, apesar de parecer novo, é antigo e reporta-se à ciência antropológica de finais do século XIX, período no qual a Antropologia buscou compreender a existência de uma possível cultura da infância e da adolescência.

Do século XIX, podemos citar os estudos desenvolvidos por Franz Boas, crítico do sistema educativo americano que denunciou, entre outras coisas, a ideologia centrada na ideia de liberdade e a prática educativa de cunho conformista e coercitivo que visava criar sujeitos sociais adequados ao sistema produtivo, segundo um modelo ideologizado de cidadão americano. (GUSMÃO, 1997).

São dessa época também as tentativas de inter-relacionar Antropologia e Educação como forma de se pensar os universos raciais, étnicos, econômicos, sociais e de gênero com que os espaços educacionais se defrontavam, com o intuito de desenvolver metas que engendrassem processos educacionais mais universalizáveis e democráticos.

Como se vê, a educação como objeto de análise da Antropologia, não se trata de uma novidade. Desde o momento em que a Antropologia buscou compreender, em outras culturas estudadas, de que forma se dava a transmissão de valores, de gestos, de atitudes e de crenças por parte dos adultos para as crianças, da cultura na personalidade dos indivíduos e das formas de aprendizagem existentes em outras sociedades, a educação como objeto de compreensão fez-se presente. (DAUSTER, 1997).



Figura 3.2 – Margaret Mead

No século XX, entre os anos 20 e 50, muitos antropólogos envolvidos com a educação travaram debates com os pensamentos de Freud e Piaget. Destacam-se entre eles as antropólogas americanas Ruth Benedict e Margaret Mead, discípulas de Boas, que se dedicaram aos estudos do campo educativo e trouxeram à tona a questão da diversidade das culturas, ao analisar as suas diferentes formas operativas dentro dos processos educativos nos primeiros anos de vida, os ciclos de desenvolvimento da infância à idade adulta e o papel da educação formal e informal. (GUSMÃO, 1997).



Figura 3.3 - Ruth Benedict

Nesse período, mais especificamente entre os anos 30 e 40, os antropólogos tiveram uma atuação importantíssima no vasto programa de reforma curricular promovida nos EUA.

Atualmente, com tantas mudanças em uma sociedade que se globaliza essas questões não só não estão resolvidas, como renascem com intensidade perante os contextos em transformação. Como você pode ver, no segundo capítulo deste Caderno Pedagógico, a diversidade alcança,

no momento atual, uma complexidade muito maior do que em séculos anteriores, trazendo consigo a necessidade de lançarmos mão de novos conceitos que dêem conta de ler essa realidade.

Nesse ínterim, o pluralismo cultural e o direito de ser diferente passaram a ser problematizados e o contato com o diverso parece ter se tornado menos complexo, na medida em que esse “outro” se visibiliza e exige ser reconhecido.

Esse contexto também tem levado a uma maior centralidade das questões culturais tanto em pesquisas acadêmicas, quanto nas questões políticas, educacionais ou mesmo, na vida cotidiana. A maior visibilidade da diversidade e da diferença - numa perspectiva multicultural e pluralista, impõe ao âmbito educacional o desafio de romper com aquilo que historicamente a pedagogia e a escola apregoaram e reproduziram: o conceito de cultura como um conjunto de normas universais e universalizáveis.



Hoje, se requer da escola a quebra desse paradigma, desafiando-a a demonstrar e trabalhar com o diverso, o que exige a redefinição e revisão de teorias e conceitos. Autoras como Gusmão (2003) e Trindade (2000), localizaram aí o desafio da escola contemporânea, na forma como a escola enfrentará a questão da diferença, já que ser diferente não significa necessariamente ser desigual e já que qualquer tentativa de camuflar as particularidades certamente contribuirá para a manutenção das desigualdades.

Desse modo, sendo este diálogo algo que remonta há séculos atrás, podemos começar a pensar na importância do estabelecimento de uma educação antropológica e mais, de que estes campos não precisam ser pensados como áreas distintas, dividida entre a antropologia, como ciência e a pedagogia, como prática.

A questão da busca da compreensão das diferenças, central para a Antropologia, e tão desafiadora para o campo pedagógico, é uma tarefa que mais une esses campos do que os separa. Principalmente para aquelas propostas pedagógicas que partem da proposta freireana, ou seja, para

aquelas propostas que pretendam que a educação esteja comprometida com o contexto sócio-cultural do educando.

E é neste ponto que a relação entre Antropologia e Educação se torna algo muito frutífero, pois a partir dela o professor “antropólogo-educador” encontrará elementos para estabelecer uma relação dialógica na sala de aula, que lhe permitirá conhecer mais a fundo o contexto do “outro”, considerando assim os “eus” e os “outros” que estão presentes nessa relação.



Mas como desenvolver essa postura? Que desafios decorrem dessa tarefa?

Um primeiro aspecto que auxiliará o professor nessa tarefa é aquilo que abordamos na seção anterior: a pesquisa etnográfica. É por meio dela que um professor se tornará um antropólogo-educador disposto a ouvir e a repensar os conceitos e teorias que estabelecem a relação da academia com a comunidade e, acima de tudo, a evitar quaisquer tipos de reducionismos ou distorções. (SOUZA, 2006).

Outro aspecto se dirige especificamente para a formação de professores. A maneira como serão introduzidas as questões que se referem às diferenças sociais, étnicas e culturais, estabelecerá também a necessidade de uma aproximação da Antropologia com a Educação.

Você pode até estar pensando, de que vale ressaltarmos tanto as diferenças na escola se, em princípio, somos todos iguais? Pouco importa o fato de sermos negros ou brancos, ou índios, mulher ou homem, heterossexual ou homossexual, judeu ou cristão! Você pode estar se perguntando também se as diferenças devem ter tanto peso nas relações entre os indivíduos e entre estes e os grupos sociais. E você pode até achar que não. Mas, concretamente elas têm e muito.



Afinal, como explicar os preconceitos, a submissão, a discriminação, a marginalização, a invisibilização que existe em diversas sociedades se, por princípio, somos todos membros de uma mesma natureza humana universal? Como explicar que alguns poucos indivíduos têm acesso a uma série de direitos e benefícios nas mais diversas áreas, e outros não?

A escola precisa estar atenta para essas questões e contribuir para que ocorram mudanças. É justamente nessa tarefa tão importante que reside a importância da aproximação entre Antropologia e Educação. Diante da necessidade urgente de repensarmos as ideias de cultura que têm perpassado os projetos educativos e diante da maneira como essas ideias contribuem para reproduzir ou superar mecanismos sociais e culturais discriminatórios, precisamos adotar uma postura antropológica diante da escola.



O compromisso político que se requer do educador e da escola está diretamente relacionado a uma postura que não se atenha apenas aos limites da sala de aula ou da escola, mas que extrapole para além dos seus muros, contemplando as construções sociais, que diretamente associadas às relações de poder e exclusão orientam, tanto os diferentes modos de pensar e agir dos alunos, quanto a própria prática docente. (GUSMÃO, 2003).

Entretanto, temos que tomar o devido cuidado ao trabalhar com a diferença para que, na tentativa de superar os essencialismos e absolutismos que implicam no etnocentrismo, não caiamos em um relativismo radical, que nada nos ajudará a tratar as complexidades das diferenças.

Como aponta Gusmão (2003), nem a igualdade absoluta nem a diferença relativa são efetivamente adequadas para compreender e solucionar o problema da diversidade social e cultural. A escola é o espaço dos encontros e desencontros, em um processo dialético entre a tendência à homogeneização

institucional e a prática cotidiana da diferença, que se reflete nas negociações de sentido entre sujeitos com distintas histórias de vida.



Mas então, no que consiste o papel do professor diante da diversidade na escola? Como a Antropologia pode auxiliá-lo nesta empreitada?

É importante entender que cabe ao professor perceber os educandos não apenas como seres de cognição, mas como seres socioculturais em constante transformação. O professor precisa ser humilde o suficiente para saber lidar com as diferenças. E entender que, ao utilizar os recursos oferecidos pela Antropologia, poderá articular as microrrealidades presentes no espaço educativo com contextos mais amplos, deixando de reduzir a realidade do campo educacional à sala de aula ou à escola em si mesma.

Leia a entrevista da antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha, que é Presidente do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia e Ação (Geempa), organização não governamental de Porto Alegre dedicada à formação docente. Nela, a antropóloga desvenda algumas das principais contribuições que o “olhar antropológico” pode dar ao campo educacional. A entrevista na íntegra está publicada no site da Revista Escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/antropologia-util-escola-423101.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2011. A partir da entrevista reflita sobre como você poderá aplicar as sugestões que a antropóloga apresenta no ambiente em que trabalha ou trabalhará.



O professor precisa lançar, sobre a escola e seus educandos, um olhar antropológico, que contribua para romper com aquelas perspectivas que vêem a escola como um local onde o conhecimento é transmitido de forma neutra e abstrata. É preciso reconhecer o uso social do conhecimento, seu componente ideológico e seus propósitos.

No que tange à cultura e a sua relação com a escola, o olhar antropológico ajudará a difundir a diversidade humana como um valor que muito mais que isolar, une, promovendo relações de alteridade no âmbito educacional.

Você sabia?

Alteridade é a capacidade que temos de apreender o “outro” na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença. Quanto menos alteridade existe nas relações pessoais e sociais, mais conflitos ocorrem. Alteridade, portanto, significa considerar, valorizar, identificar, dialogar com o outro. Diz respeito aos relacionamentos estabelecidos tanto entre indivíduos como entre grupos culturais.

Em uma relação de alteridade o modo de pensar e de agir são desenvolvidos de maneira que não exista sobreposição, assimilação ou destruição do “outro”. Alteridade seria, por fim, a capacidade de conviver com o diferente, reconhecendo o “outro” como sujeito de direitos.

Então, como poderemos transformar a escola em um espaço de alteridade que não seja **estigmatizante**? Ou seja, como poderemos transformá-la em um espaço no qual a afirmação dessas diferenças não sirva como instrumento para a estratificação, o isolamento ou a invisibilização?

Primeiro, não apenas considerando a diferença do “outro”, mas desconstruindo as noções ideológicas feitas sobre este “outro”, ou para dominar este “outro”. Nesse sentido, retomar o conceito antropológico de cultura é imprescindível, pois sem isso a questão da diversidade e o respeito às diferenças correrá o risco de tornar-se um discurso técnico, prescritivo e inócuo. Nesse sentido, você como professor/pesquisador, de acordo com o que propôs Gusmão (2009), poderá desenvolver:

- » Reflexões que pensem antropológicamente processos e situações educacionais, bem como seus agentes e sujeitos.
- » Revisões bibliográficas críticas do tratamento que se tem dado à antropologia na educação e com relação a alguns de seus conceitos-chave.
- » Mapeamentos de pesquisas etnográficas que tenham resultado de pesquisas de campo e da temática da educação no seu estado e no Brasil.

O termo estigma indica um atributo depreciativo, que pode ser visível ou imputado ao outro pelos que se consideram ‘normais’. Em casos como raça, religião, postura político-ideológica, classe social etc., o estigma expressa uma postura não apenas de animosidade, mas também percepção ideológica valorativa de quem se considera superior ou normal. O outro é categorizado como não natural, fora do comum. (SILVA, 2001).

- » Levantamentos da realidade de escolarização de diferentes populações como, por exemplo, populações negras quilombolas do meio rural, populações imigrantes de diversas procedências e outras.
- » Reflexões sistemáticas sobre experiências concretas, a partir do diálogo e vivências compartilhadas.
- » Defesa e proposição de políticas públicas que se voltem para uma educação diferenciada, destinada a segmentos populacionais tradicionalmente estudados pela Antropologia, como por exemplo, indígenas e negros.
- » Estudo da escola como espaço de convívio e de confronto interétnico e campo de sociabilidade e alteridade.
- » Um tipo de educação que tenha a diversidade como valor e, ainda, que considere o processo intrínseco da experiência social e da vida cotidiana.
- » Uma noção de educação ampla, em que a vivência histórica de relações sociais múltiplas e a reflexão do outro sobre o mundo e sobre si mesmo ocupem um lugar especial.
- » Relações teóricas e metodológicas possíveis entre Antropologia e Educação.

É este novo olhar para pensar e problematizar os fenômenos educacionais que constitui a grande contribuição da Antropologia para a prática pedagógica. A aproximação que buscamos estabelecer aqui, entre Antropologia e Educação, tem a intenção de instigar você a construir, na sua trajetória acadêmica e profissional, uma visão relativizadora das diferenças que seja capaz de transformar o espaço escolar em um sistema de ensino mais justo, inclusivo, democrático e atento para as especificidades de gênero, etnia, classe, orientação sexual etc. Pois, só a partir de um processo ativo de ensino–aprendizagem, no qual as especificidades de diferentes contextos étnico-culturais possam ser percebidas e trabalhadas em sala de aula, será possível repensar a inclusão desses temas na escola e transformar a realidade social como um todo.



Síntese do capítulo

- » A primeira forma de relação com o “outro”, que se estabeleceu no ambiente escolar, primou pela valorização dos “iguais” por meio da negação dos diferentes e das diferenças.
- » Sob a capa do universalismo, a escola, tomando o modo de vida das elites urbanas como o modelo civilizatório válido para todos os grupos humanos, de forma implícita ou não, transformou-se num instrumento civilizador e dominador.
- » As noções veiculadas na escola e difundidas nos livros didáticos de que somos um país sem diferenças, formado pela mistura de índios, brancos e negros, neutraliza as diferenças culturais e dificulta o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito.
- » Uma escola multicultural pressupõe não só considerar e tolerar o diferente, mas também desenvolver ações específicas voltadas para a incorporação dos grupos “minoritários”.
- » O papel do educador passa pela compreensão de que a escola é um espaço onde tanto podemos reproduzir o racismo, como podemos lutar contra ele, cabendo a nós, agentes sociais, buscar estratégias que auxiliem na superação dos preconceitos.
- » A etnografia aplicada à educação apresenta-se como uma metodologia privilegiada para conhecermos melhor quem são os sujeitos, quais as relações, quais os lugares e quem são as pessoas que fazem e ocupam a escola.
- » A relação entre Antropologia e Educação se torna algo muito frutífero, pois a partir dela o professor encontrará elementos para estabelecer uma relação dialógica na sala de aula, que lhe permitirá conhecer mais a fundo o contexto do “outro”, considerando assim os “eus” e os “outros” que estão presentes nessa relação.

Você pode anotar a síntese do seu processo de estudo nas linhas a seguir:



Atividades de aprendizagem

Que tal sistematizar seus conhecimentos! Leia atentamente as questões que se seguem, para depois respondê-las. É importante que você as desenvolva a partir daquilo que apreendeu nesse capítulo. Somente após responder a todas as questões é que você poderá consultar os comentários sobre estas atividades, que se encontram no final do Caderno Pedagógico.

1. Descreva, a partir do que você estudou, na seção 1 deste Capítulo, como a escola historicamente tratou a diferença e os diferentes.

2. Explique como o uso do método etnográfico na educação pode contribuir para a construção de uma escola multicultural.

3. O que você, como professor/pesquisador, deve fazer para desenvolver uma educação antropológica em sua escola? Pontue, pelo menos, três ações.



Aprenda mais...

Para ampliar os conhecimentos adquiridos neste Capítulo consulte:

CUNHA, Manuela Carneiro. **Negros estrangeiros**. São Paulo: Editora Brasileira, 1987.

De André, Marli Eliza D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo: Papyrus, 2005.

GONÇALVES, Luís Alberto. **O silêncio de um ritual pedagógico a favor da discriminação racial**. 1985. 183p. Dissertação de Mestrado (Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. As elites de cor e os estudos das relações raciais. **Tempo Social**. São Paulo, 8 (2): 67 – 82, out. 1996.

MOTT, Luiz. Educação Sexual e o jovem homossexual. In **Perspectiva: sexualidade e educação**. Revista do centro de Ciências da educação. v:16, n. 50, p.57-88. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto alegre: Faculdade de Educação/ UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SELL, Sandro César. **Ação afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora. **Revista USP**. n. 42, São Paulo: Edusp, jun/ago de 1999.

WALTERS, Ronald. **O princípio da ação afirmativa e o progresso social nos Estados Unidos**. Estudos afro-asiáticos. n. 28, Rio de Janeiro:CEAA, out/1995.

Considerações finais

Chegamos ao final de uma das etapas do estudo que propus a você no início deste Caderno Pedagógico. A intenção, desde o início, foi de apresentar-lhe um arsenal de conceitos e teorias que o fornecesse habilidades e competências para pensar e repensar o contexto étnico-cultural no qual você e sua escola estão inseridos, para então, propor mudanças significativas.

Nesse Caderno você teve a oportunidade de estudar como a Antropologia pode ajudar a pensar a questão da educação, através da perspectiva da diversidade e da diferença, por meio de uma série de teorias e conceitos.

Utilize esse arsenal para pensar a realidade da escola brasileira, principalmente a da escola em que atua ou vai atuar. Incorpore a ideia do Educador/Antropólogo, observando as características sócio-étnico-culturais que estão presentes na sua escola e reflita sobre elas. Atue para a transformação da realidade destas pessoas, contribuindo para que possamos com-viver em um mundo que respeita, valoriza e bem convive com a diversidade étnico-cultural, de maneira solidária e cidadã.

Lembre-se que apenas um Caderno Pedagógico não é suficiente para esgotar as abordagens existentes acerca do pensamento antropológico em torno da questão educacional. Por isso, busque ao máximo complementar seu estudo por meio das referências complementares que foram indicadas ao longo do texto e de todos os outros conteúdos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem. Se assim for, tudo o que você aprendeu até aqui terá valido muito a pena!

Professora Marilise Luiza Martins dos Reis



Conhecendo as professoras

AUTORA

Marilise Luiza Martins dos Reis

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC. Faz parte do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), da UFSC, e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), da UDESC.

Desde 2001, atua no curso de pedagogia a distância da UDESC, ministrando as disciplinas Sociologia, Antropologia Cultural e Multiculturalismo, Políticas Públicas e Economia e Trabalho. É co-autora de oito cadernos pedagógicos voltados para a educação a distância, publicados pela UDESC, onde atua como professora. Ministrou disciplinas presenciais no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UDESC, durante o ano de 2006 e no Curso de Economia e Ciências Contábeis, da UFSC, em 2008. Ministrou a disciplina Gênero e Etnia: a mulher negra e mestiça na sociedade, no Curso de Pós-Graduação da FACEL/AUPEX, no ano de 2010.

PARECERISTA

Tade-Ane de Amorim

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Tecnologia e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: internet, risco, pornografia, nanotecnologia e gênero.



Comentários das atividades

Capítulo 1

1. Faça uma síntese sobre o surgimento da Antropologia até a sua constituição enquanto ciência e, depois, aponte o seu objeto de estudo.

Nessa síntese, você precisa ter pontuado que os primórdios da Antropologia estão localizados na Antiguidade Clássica. Que as origens do pensamento antropológico ligam-se aos processos de conquista de outros povos e mundos, pelos europeus e que, a partir do século XVIII, a Antropologia adquiriu a categoria de ciência. Que a forma primeira que tomou a Antropologia em seu nascimento foi a de conceber todas as sociedades evoluindo linearmente e que seu objeto de estudo é o homem e suas manifestações culturais.

2. O que difere a Antropologia Biológica ou Física, da Antropologia Cultural?

Você deve ter pontuado que a diferença entre ambas está na forma de abordagem do objeto da Antropologia. Enquanto a Antropologia Física ou Biológica estuda a natureza física do homem, procurando conhecer suas origens e evolução, sua estrutura anatômica, seus processos fisiológicos e as diferentes características “raciais” das populações humanas antigas e/ou modernas, a Antropologia Cultural, estuda o homem como ser cultural, isto é, como fazedor de cultura, investigando as culturas humanas no tempo e no espaço, suas origens e desenvolvimento, suas semelhanças e diferenças, procurando explicar e/ou compreender o comportamento cultural humano em todas as dimensões possíveis.

3. Relacione a primeira coluna de acordo com a segunda.

a - 9; b - 8; c - 6; d - 1; e - 7; f - 2; g - 3; h - 4; i - 5.

4. Aponte os elementos que compõem o método etnográfico de Malinowski e a crítica feita por Geertz ao seu método.

Você deve ter pontuado em sua resposta que os elementos que compõem a etnografia de acordo com Malinowski são: viver entre os nativos, acompanhando seu dia a dia; por meio da observação participante, efetuar a coleta, o registro

e a manipulação dos dados e, no momento que corresponde especificamente à coleta de dados; e anotar sistematicamente todas as suas observações de campo, ao longo do dia, em um bloco de notas e em um diário de campo. A crítica de Geertz a Malinowski consiste no fato de que ele contesta a necessidade de se viver, tornar-se ou copiar os nativos para se obter seu ponto de vista. O fundamental é procurar conversar e situar-se entre eles para captar o sentido das ações sociais que são compartilhadas entre os indivíduos tornando a etnografia uma “descrição densa” das teias de significados da cultura estudada.

Capítulo 2

1. Discuta, a partir do conceito antropológico de cultura, a seguinte frase: **“Quem tem imaginação, mas não tem cultura, possui asas, mas não tem pés”**(Joubert, [2011]).

Na sua resposta, você pode ter adotado dois caminhos:

- Contestou a frase de Joseph Joubert, naquilo que se refere à insinuação de que alguém “não tem cultura” partindo do pressuposto de que, para a Antropologia Cultural, todos somos seres dotados de cultura.
- Discutiu a frase, no sentido de que só por meio da cultura nos tornamos verdadeiramente humanos, e por isso “não teríamos pés”.

2. Você estudou, nesse capítulo, que a perspectiva do relativismo cultural pode se constituir em grande perigo quando concebida em termos absolutos. Qual é este grande perigo? Por que ele se relaciona com o etnocentrismo? Como resolver esse problema?

Você deve ter pontuado como o grande perigo do relativismo cultural a sua absolutização, pois, ao “radicalizar o relativismo”, acabamos por entrar em um etnocentrismo às avessas, quando se passa a considerar as culturas diferentes das nossas como intocáveis, legitimando todo e qualquer tipo de prática cultural. O relativismo absoluto e inquestionável tornar-se-ia, por assim dizer, etnocêntrico, porque legitimaria tudo em nome da cultura. Uma forma de combater esse problema é conceber a relativização cultural como uma viagem de mão dupla na qual o conhecimento de outros costumes, de outros valores, de outra cultura, nos levem a repensar os nossos próprios valores e conceitos, visto que eles não são únicos nem imutáveis.

3. Explique o que é o “multiculturalismo” e de que forma as políticas multiculturalistas podem auxiliar no combate às desigualdades.

Você deve ter explicado, em sua resposta, que o multiculturalismo refere-se a uma série de ações institucionais desenvolvidas na sociedade civil e nos diversos níveis de poder da República, voltadas para resolução do problema das diferenças e para a elaboração de projetos capazes de fazer frente aos mecanismos que permitem a reprodução das desigualdades. É um mecanismo que se constitui para combater toda forma de intolerância, em favor de políticas públicas capazes de garantir os direitos civis básicos a todos, preservadas as suas diferenças. O multiculturalismo contribui para o combate das desigualdades porque atua para corrigir as falhas do sistema de liberdade e igualdade formais do liberalismo. O multiculturalismo busca articular os direitos específicos com direitos universais, considerando as diferenças que marginalizam e deixam de fora, dos direitos que deveriam ser de todos, a uma “maioria”, pois são dominados por uma minoria.

Capítulo 3

1. Descreva, a partir do que você estudou na seção 1 deste Capítulo, como a escola historicamente tratou a diferença e os diferentes.

Você deve ter pontuado que, historicamente, a escola transformou-se em um instrumento civilizador e dominador, tomando o modo de vida das elites urbanas europeias como o modelo civilizatório válido para todos os grupos humanos de forma implícita ou não, ou seja, que a escola, como instituição, foi eficiente para a reprodução do etnocentrismo e que a defesa da diferença é algo novo para ela e para aqueles que a fazem, o que implica debater exaustivamente os mecanismos que possibilitam a superação desse problema.

2. Explique como o uso do método etnográfico na educação pode contribuir para a construção de uma escola multicultural.

A sua resposta deve ter contemplado que a etnografia aplicada à educação apresenta-se como uma metodologia privilegiada para conhecer melhor quem são os sujeitos, quais as relações, quais os lugares e quem são as pessoas que fazem e ocupam a escola. Deve ter contemplado ainda, que por meio da compreensão dos significados culturais do ambiente estudado, a etnografia deve levar a transformação da escola em um espaço multicultural. Deve pontuar que o método etnográfico não é uma receita nem garantia de resolução de problemas, mas que, na medida em que instrumentaliza a pesquisa em educação, contribui para estreitar a comunicação na escola e na comunidade em seu entorno, respeitando as diferenças e revendo os preconceitos na busca de superá-los.

3. O que você, como professor/pesquisador, deve fazer para desenvolver uma educação antropológica em sua escola? Pontue, pelo menos, três ações.

Você pode ter pontuado dentre as três ações: o desenvolvimento de reflexões que pensem antropologicamente processos e situações educacionais; a elaboração de mapeamentos de pesquisas etnográficas que tenham resultado de pesquisas de campo e da temática da educação em seu estado e no Brasil; a realização de levantamentos da realidade de escolarização de diferentes populações e de reflexões sistemáticas sobre experiências concretas; o estudo da escola como espaço de convívio e de confronto interétnico e campo de sociabilidade e alteridade; etc.

Referências

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1995.

CARNEIRO, Neri de P. **Etnocentrismo na escola**. [s. l.]: Artigonal, 2008.
Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/etnocentrismo-na-escola-631572.html>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

CHINOY, Ely. **Sociedade: uma introdução à sociologia**. 5 ed., São Paulo: Cultrix, 1967.

COSTA, Ramiro Marinho. MORTARI, Claudia. ASSIS, Gláucia De Oliveira. REIS, Marilise Luiza Martins dos. CARDOSO, Paulino De Jesus Francisco. Antropologia Cultural e Multiculturalismo. **Caderno Pedagógico**, versão II. Curso de Pedagogia a Distância – UDESC – Fpolis, 2002.

DAUSTER, Tania. Um outro olhar: Entre a antropologia e a educação. **Cadernos Cedex**, dez. 1997. v.18, n.43.

DIEGUES, A. (Org), et al. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP, 1999.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA E AFRICANA. 17 de junho de 2004 DOU nº 118, 22/6/2004.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**, 1989. In: _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GIAROLA, Flávio R., **Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico**. [s.l.] Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=313>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. São Paulo: Calouste Golbekian, 2010.

GILROY, Paul. **Entre Campos**. Nações, Cultura e o Fascínio da “raça”. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. Entrelugares: Antropologia e Educação no Brasil. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 29-46, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

_____. **Diversidade, Cultura e Educação**. São Paulo: Biruta, 2003.

_____. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 18, n. 43, Dec. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mar. 2011.

HERSKOVITS, Melville Jean. **Antropologia cultural**. 3. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1969.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Etnografia da Escola – **Guia preliminar para o levantamento de dados sobre a estrutura física e a organização sócio-cultural da escola**. Organizado pela Equipe Técnica do IPF. Ago.1997.

JOUBERT, Joseph. (s.l). Disponível em: <http://www.webfrases.com/mostrar_frases.php?id_frases=42>. Acesso em: 22 jun. 2011

LAPLANTINE, Francis. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LÜDKE, M., ANDRE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. **Os Pensadores**, São Paulo: Abril Cultural, 1998 [1922].

MARCONI, Marina de A.; PRESOTTO, Zélia M. Neves. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 7ª. Edição, 2008.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: **introdução teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRIORI, Ângelo. COTAS: Estimular o debate, subverter o preconceito. **Revista Espaço Acadêmico**, nº. 40, setembro, 2004.

ROCHA, Everaldo. **O que é etnocentrismo?**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Nilza A. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental** (resenha crítica). [S.l.]. 2005. Disponível em: <<http://antropologia1.blogspot.com/2005/01/os-argonautas-do-pacifico-ocidental.html>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Por uma educação antropológica: comparando as idéias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

TRINDADE, Azoilda L. da (Org.) **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.



Referências das figuras



Figura 1.1 - Pág. 19

O Pensador, de Auguste Rodin (1840-1917).

Fonte: Disponível em: <Índio da tribo Nambikwara tirada pelo antropólogo Levi-Strauss >. Acesso em: 03 abril 2011.

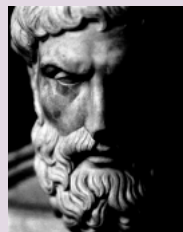


Figura 1.2 - Pág. 20

Heródoto

Fonte: Disponível em: < <http://paulobraccini-filosofo.blogspot.com/2008/05/carta-meneceu-epicuro.html> >. Acesso em: 9 junho 2011



Figura 1.3 - Pág. 21

Alexandria

Fonte: Disponível em: <Fonte: http://etc.usf.edu/cli-part/19500/19505/alexandrian_19505.htm >. Acesso em: 9 junho 2011.

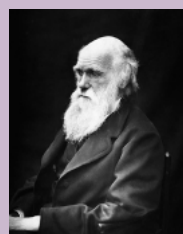


Figura 1.4 - Pág. 23

Charles Darwin

Fonte: Mapa disponível em: <http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=6> . Acesso em: 9 junho 2011.

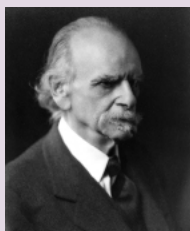


Figura 1.5 - Pág. 25

Franz Boas

Fonte: Louis David, 1787. Óleo sobre tela, 130 x 196 cm, Metropolitan Museum of Art, New York.

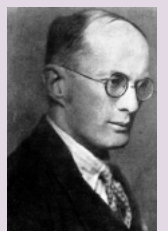


Figura 1.6 - Pág. 26

Bronislaw Malinowski

Fonte: Disponível em: < http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c8/Rafael_-_Escola_de_Atenas.jpg >. Acesso: 1 dez. 2010.



Figura 1.7 - Pág. 37

Medição de crânio

Fonte: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/98/Sanzio_01_Platu_Aristotle.jpg>. Acesso em: 1 dez. 2010.



Figura 1.8 - Pág. 39

Malinowski entre os Trobriand

Fonte: Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/_7u399TXmUbl/S9huL056g9I/AAAAAAAAAAc/2pRaWle0bDI/s1600/feudo-des.jpg>. Acesso em: 1 dez. 2011.



Figura 2.1 - Pá. 57

Malinowski e o povo Trobriand.

Fonte: Disponível em: <<http://askville.amazon.com/Rodin's-Thinker-thinker-guy-dilemma/AnswerViewer.do?requestId=63303054>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

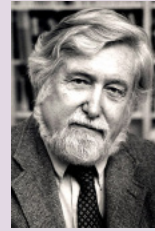


Figura 2.2 - Pá. 57

Clifford Geertz

Fonte: Disponível em: <<http://rizomas.net/charges-sobre-educacao.html>>. Acesso em: 01 fev. 2011.



Figura 2.3 - Pá. 77

Comunidade Quilombola

Fonte: Disponível em: <<http://africas.com.br/site/index.php/archives/5790>>. Acesso em: 16/06/2011.



Figura 2.4 - Pá. 77

Comunidade Indígena

Fonte: Disponível em: <<http://www.nossacara.com/ver.php?id=4244>>. Acesso em: 16/06/2011.



Figura 3.1 - Pá. 90

Preconceito

Ilustração: Filipi Amorin



Figura 3.2 - Pá. 100

Margaret Mead

Fonte: Disponível em: <http://anthropology.usf.edu/women/mead/margaret_mead.htm>. Acesso em: 16 jun. 2011.



Figura 3.3 - Pá. 100

Ruth Benedict

Fonte: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruth_Benedict>. Acesso em: 16 jun. 2011.